



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Mara Karoline Rezende Garcia

TRABALHO DOMÉSTICO DAS MULHERES:
A invisibilização e opressão do gênero no trabalho

Juiz de Fora
Janeiro / 2023



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Mara Karoline Rezende Garcia

TRABALHO DOMÉSTICO DAS MULHERES:

A invisibilização e opressão do gênero no trabalho

Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I.

Orientadora: Prof^ª: Raquel von Randow Portes

Juiz de Fora
Janeiro / 2023

Mara Karoline Rezende Garcia

TRABALHO DOMÉSTICO DAS MULHERES:
A invisibilização e opressão do gênero no trabalho

Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para conclusão da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I.

Data da Aprovação:

Juiz de Fora 16 / 01 / 2023

EXAMINADORES

Prof^a: Orientadora: Raquel von Randow Portes

Juiz de Fora
Janeiro / 2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Garcia, Mara Karoline Rezende.

Trabalho Doméstico das Mulheres : A invisibilização e opressão do gênero do trabalho / Mara Karoline Rezende Garcia. -- 2023. 94 p. : il.

Orientadora: Raquel von Randow Portes

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

1. Divisão Sexual do Trabalho. 2. Casa. 3. Feminismo. 4. Políticas Públicas. I. Portes, Raquel von Randow, orient. II. Título.

Dedico este trabalho à minha família: ao meu irmão, Mauro Sérgio, que se formou na UFJF em Ciências Contábeis e sempre foi exemplo de ética e disciplina para mim, ao meu pai Mauro, que sempre incentivou a filha e o filho aos estudos e, em especial à minha mãe, Mara Aparecida, que é uma das mulheres que me inspirou a estudar esse tema que traz tanto entendimento, dor e libertação, tudo ao mesmo tempo.

Agradecimentos

Agradeço a minha família, sou grata por me incentivarem a estudar, agradeço por absolutamente tudo!

Agradeço com todo o carinho e respeito à minha orientadora Raquel Portes por toda a compreensão, liberdade e acolhimento para atravessar esse caminho do TCC I que marca a finalização de um ciclo cheio de novos aprendizados na minha vida pessoal e profissional.

Com todo o amor que existe dentro do meu coração, agradeço a “Abiga” (Nicole Carrilho) que esteve do meu lado em momentos de dor e de plena felicidade. Nunca vou conhecer uma pessoa mais sensata do que ela. Abiga, você é incrível!

Agradeço a amigas, amigos, colegas, pessoas que me ensinaram e acolheram em diversos momentos, que entre os corredores da FAU, por mensagens ou ligação estiveram comigo, eu sou um pedacinho de cada um de vocês: Cella, Lele, Dai, Shay, Ton, Gabi, Lu, Mari, Mari Lamenza, Carol, Lídia, Sarinhah e GDOF. Muito obrigada!

Agradeço à Metalrail e à Flama por acreditarem no meu trabalho e na minha responsabilidade!

Agradeço a Glaucy Herdy e a Maria Tereza por compartilharem seus lindos trabalhos de conclusão de curso comigo e me inspirarem.

Agradeço à família do meu namorado Victor que me acolheu desde o primeiro segundo e cuidam de mim: dona Nair, Lu, Vânia, Carmem, Vera, Debora, seu Francisco, Marcelo e os primos.

E ao Victor agradeço o amor, o companheirismo, a amizade e a fé que tem em mim. Amo muito você!

Muito obrigada!

“Cheguei à teoria porque estava machucada - a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguia continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura”

bell hooks

Resumo

O objetivo desta pesquisa é contribuir para os estudos do entendimento do trabalho doméstico invisibilizado das mulheres sob uma ótica feminista e com recorte de gênero. O tema abordado foi como o trabalho doméstico em casa se tornou ferramenta de opressão para as mulheres e que contribuiu para o desenvolvimento de um sistema patriarcal e capitalista. Tal sistema se refletiu na arquitetura e nos meios de produção. Ao estudar as tipologias de casas ao longo dos séculos e a forma de se gerar capital foi possível entender os costumes, a cultura, o contexto político-social e como isso influenciou nas desigualdades entre homens e mulheres. O enfoque teórico bibliográfico se deu a partir dos trabalhos de Silvia Federici, Carlos Lemos, Nestor Goulart, Helena Hirata e Friedrich Engels, como os principais autores. A pesquisa apresenta o estudo de caso na cidade de São Paulo em relação ao trabalho doméstico, com o recorte de gênero, no período de transição entre a abolição da escravidão e início do trabalho livre e como esse passado da cidade influencia a vivências das paulistanas no início do século XXI. Foram apresentados o município de Santo Antônio do Aventureiro, como local de desenvolvimento do TCC II, e as diretrizes demarcadas. Conclui-se que o trabalho doméstico nas casas atribuído ao gênero feminino foi uma construção opressora advinda de uma estrutura patriarcal e capitalista e que, para o seu desenvolvimento e crescimento, aplicando-se o recorte de gênero e ótica feminista interseccional, continua se apoiando nesse trabalho invisibilizado das mulheres.

Palavras-chave: (1) Divisão Sexual do Trabalho. (2) Casa. (3) Feminismo. (4) Políticas Públicas.

Abstract

The objective of this research is to contribute to studies of the understanding of women's invisible domestic work from a feminist perspective and with a gender focus. The topic addressed was how domestic work at home became a tool of oppression for women and that it contributed to the development of a patriarchal and capitalist system. This system was reflected in the architecture and means of production. By studying the typologies of houses over the centuries and how to generate capital, it was possible to understand the customs, culture, political and social context and how this influences the inequalities between men and women. The theoretical and bibliographic approach was based on the works of Silvia Federici, Carlos Lemos, Nestor Goulart, Helena Hirata and Friedrich Engels, as the main authors. The research presents a case study in the city of São Paulo in relation to domestic work, with a gender focus, in the transition period between the abolition of slavery and the beginning of free work and how this past of the city influences the experiences of São Paulo women in the beginning of the 21st century. The municipality of Santo Antônio do Aventureiro was presented as a place for the development of the TCC II and the guidelines outlined. It is concluded that the domestic work in the houses attributed to the female gender was an oppressive construction arising from a patriarchal and capitalist structure and that, for its development and growth, applying the gender perspective and intersectional feminist perspective, it continues to rely on this invisible work of women.

Keywords: (1) Sexual Division of Labor. (2) House. (3) Feminism. (4) Public Policies.

Sumário

Introdução	12
1. Base Teórica e Conceitos Fundamentais	16
1.1. Referencial Teórico e Bibliográfico	16
1.2. O termo “casa”	18
1.3. Capitalismo e Patriarcado	19
1.4. Gênero	22
1.5. Luta Feminista	23
1.6. Divisão Sexual do Trabalho	28
2. Tipologias Brasileiras - Casas e Apartamentos	32
2.1. Casas das Fazendas Escravocratas	32
2.2. Sobrados	35
2.3. Casas Operárias	37
2.4. Apartamentos	38
3. Comércio Familiar	40
3.1. Fazendas Escravocratas	40
3.2. Sobrados	42
3.3. Mudanças Sociais	43
3.4. Forma Atual	44
4. Trabalho das Mulheres no Brasil	46
4.1. Trabalho Escravo	47
4.2. Trabalho Imigrante	52
4.3. Trabalho Doméstico	55
4.3.1. Salários para Domésticas: Wages for Houseworks (WfH)	56
5. Estudo de Caso	58
5.1. São Paulo: Histórico da Cidade	58
5.2. Transição: do Trabalho Escravo para o Trabalho de Mulheres Livres	60
5.3. Vivência das Mulheres Paulistas no Contexto de Pandemia de Covid-19	65

6. O Município de Santo Antônio do Aventureiro	71
6.1. Apresentação: Breve Histórico, Aspectos Culturais e Sociais	71
6.2. A Aproximação e as Mulheres do Município	78
6.3. Análise da Área de Atuação, Metodologia e Diretrizes	80
Considerações Finais	86
Referências Bibliográficas	89

Introdução

O trabalho existe desde os primórdios da humanidade. Foi através do trabalho em conjunto que o Homo sapiens conseguiu sobreviver às adversidades climáticas de seu tempo. Por meio do trabalho, iniciou-se o processo de agricultura que permitiu a moradia em lugares fixos com maiores possibilidades de desenvolvimento da espécie humana através de mais segurança, garantia de alimentos, trocas sociais, reprodução, etc. O mundo globalizado em que vivemos hoje só se tornou possível por todo o trabalho para a melhoria de tecnologias para transporte, comunicação, saúde, infraestrutura, dentre outros. O cerne para o desenvolvimento é o trabalho (HARARI, 2013).

Porém, todo esse trabalho se estrutura em camadas de opressão para com as minorias e a classe trabalhadora dentro do desenvolvimento do sistema capitalista e patriarcal. Federici (2019a), nos aponta que as camadas mais pobres, desde a época feudal, são exploradas para a sobrevivência dos patriarcas dentro do sistema capitalista. Além disso, as mulheres se tornam duplamente exploradas visto a carga que possuem de opressão através do capital e através de uma sociedade estruturada no machismo.

Os estudos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (FAU-UFJF), com sua multidisciplinaridade, aproximou a autora aos estudos de gênero, feminismo, sociologia e política. Pautando-se, principalmente, nas questões do trabalho da mulher em uma sociedade patriarcal, visto que ao fim da faculdade amigas, e a própria autora, vão se inserir no mercado de trabalho. E entendendo que a carga de trabalho doméstico sempre existiu, porém, por muitas vezes foi entendido como obrigação e não como trabalho em si para as mulheres. Surgindo, assim, o interesse em entender melhor questões de como uma sociedade capitalista pautada no patriarcado se relacionou com o trabalho de mulheres ao longo de séculos de construção histórica.

Além dos fatores de observação, a vivência em uma família de trabalhadores traz marcas, “Seu pai trabalha na roça, seu irmão é contador, você vai virar arquiteta e eu... Eu sou nada”, palavras da minha própria mãe, que trabalhou dentro de casa, no curral, cuidando dos meus avós doentes (avós maternos e paternos) e aprendeu que seu trabalho não era, de fato, trabalho. Entendendo que há toda uma estrutura social que nega o trabalho doméstico como sendo um trabalho, pode-se inferir que a fala mencionada não se trata de um pensamento isolado, mas sim de um sentimento em comum às donas de casa que se tornam invisibilizadas.

Dados os fatos, houve **motivação** para entender e estudar como o trabalho em casa se tornou ferramenta de opressão para as mulheres, sendo esse o **problema principal** desta pesquisa.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como **objetivo geral** contribuir para os estudos do entendimento do trabalho invisibilizado das mulheres, sob uma ótica feminista interseccional e com recorte de gênero, através do estudo das modificações na arquitetura e no sistema de geração de capital no Brasil.

Ao estudar as principais modificações nas tipologias das casas brasileiras e na forma como a economia se desenvolvia nesses locais foi possível observar as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas no cenário brasileiro que impactaram nas desigualdades da divisão sexual do trabalho.

A pesquisa se dedica a entender, como **objetivos específicos**, com foco histórico no território brasileiro, a complexidade do surgimento das atividades laborais domésticas atribuídas às mulheres e como elas se relacionam com as opressões sofridas na sociedade patriarcal.

Dessa forma, três campos tornaram-se o norte da pesquisa, sendo eles: as tipologias de casas brasileiras, o comércio familiar e o trabalho das mulheres. As tipologias de casas, como Carlos Lemos (1989) defende, nos apresentam os costumes, cotidiano e vivências das pessoas, assim nos mostrando as transformações culturais ocorridas com o passar do tempo na sociedade, sendo possível compreender melhor como sua estrutura se organiza. O comércio familiar une dois pontos estratégicos da estrutura social: o comércio, que é onde se gera o dinheiro que irá circular no meio capitalista, que representa algo concreto com a família, que representa os laços afetivos e sociais sendo a representação de algo abstrato. O trabalho feminino no Brasil com um olhar que leva em consideração a construção do gênero e a relação com o trabalho, por muitas vezes, não remunerado às mulheres, por muito tempo foi invisibilizado e esquecido na história, entretanto, estudos no início desse século nos mostram uma mudança de direcionamento partindo da luta feminista e de minorias oprimidas de contar a história real por trás da construção do nosso país.

O estudo desse tema pode contribuir para o desenvolvimento de conhecimento para entender a cultura, a estrutura da sociedade e relação do trabalho das mulheres com o espaço trabalho-lar dos comércios familiares. Com finalidade de contribuir como material de pesquisa e consulta para estudantes que tenham interesse na temática, levando em consideração a dificuldade de achar material atual e mais específico sobre esse tema.

Dessa forma, o **recorte temporal** escolhido foi do período do início da colonização no Brasil no século XVI até o fim do século XIX. O longo recorte temporal tem o intuito de demonstrar o caminho histórico de grandes transformações, referentes ao tema desta pesquisa, que ocorreram com a chegada, e estabelecimento, da corte portuguesa no Brasil até o avanço da Revolução Industrial no território brasileiro.

A **metodologia** utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa consiste nos estudos teóricos sobre o tema a partir do acervo bibliográfico existente disponível, acompanhado de uma análise crítica pontuando as complexidades de se apontar o gênero como um fator chave para direcionar os questionamentos desta monografia.

O trabalho doméstico das mulheres foi fundamental para a manutenção da casa e do comércio familiar em diferentes contextos de habitação e geração de capital, porém essa história foi apagada devido ao contexto patriarcal criado em conjunto com o capitalismo. Além de esconder todos os traços de exploração ao longo dos séculos através de não remuneração e violências para com as mulheres.

Dessa forma, a **hipótese** levantada é que por longos anos as mulheres estiveram em um contexto de exploração dentro de suas casas e em comércios familiares, através do trabalho doméstico, mas que essa realidade vem se alterando de forma lenta e pouco gradativa. Mesmo com a existência de um falso discurso de empoderamento e retomada do protagonismo de suas histórias por necessidade e/ou vontade de retomar seu direito de existir com dignidade, segurança e respeito, ainda não se atingiu uma forma de vivência sem desigualdade entre os sexos.

Tais desigualdades foram acentuadas devido à pandemia de Covid-19 que se instaurou no mundo, no início da segunda década do século XXI, momento histórico em que estava sendo desenvolvida essa pesquisa. Com mais de 6.700.000 óbitos no mundo e cerca de 695.000 óbitos no Brasil, a pandemia expôs ainda mais as desigualdades e fragilidades do sistema capitalista. Além disso, trouxe à tona debates em relação às desigualdades de gênero, racial e de classe como: o desequilíbrio existente na divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres; a sobrecarga mental das mulheres dentro dos trabalhos afetivos; o contágio pelo vírus e morte da população negra no país, principalmente das mulheres negras e o aumento da violência doméstica sofrida por mulheres que permaneceram em confinamento com seus agressores. Debates que trouxeram impactos para o desenvolvimento da pesquisa como poderá ser observado ao final do estudo de caso (Capítulo 5) que mostrou a influência da pandemia na vivência das mulheres de São Paulo. Uma realidade triste, que se instaurou rapidamente, e deixou marcas no cotidiano de inúmeras famílias.

Essa pesquisa é dividida em seis momentos de análise que estruturam o desenvolvimento do tema. O primeiro momento apresenta a base teórica e os conceitos fundamentais para o ponto inicial de discussão e embasamento. No

segundo momento, tem-se uma análise de tipologias de casas brasileiras com base em autores nacionais, para elucidar as transformações ocorridas na arquitetura e entender as mudanças sociais de cada época. Após isso, em terceiro momento, estuda-se a origem e estruturação do comércio familiar em paralelo com essas arquiteturas, com quais mudanças ocorreram, quem detinha o poder capital e como a esfera do trabalho era afetada com isso. Para chegar, no quarto momento, à análise das três fases do trabalho das mulheres (trabalho escravo, imigrante e doméstico) para a construção do país. Na quinta parte, tem-se o estudo de caso que mostra o tema de forma aprofundada na cidade de São Paulo, no período de transição entre a abolição e o início do trabalho livre e como essa trajetória gera impactos na vivências das mulheres paulistas até o presente momento. Por fim, na sexta parte, é apresentada a aproximação com o município de Santo Antônio do Aventureiro, o objeto de estudo do TCC II.

Com base nesse estudo teórico levantado e apresentado ao longo do TCC I, tem-se como objetivo, no Trabalho de Conclusão de Curso II, um estudo de levantamento de dados no município de Santo Antônio do Aventureiro - MG em relação ao trabalho doméstico das mulheres da cidade e como toda uma estrutura de opressão patriarcal e capitalista também atinge locais mais afastados dos grandes centros urbanos.

1. Base Teórica e Conceitos Fundamentais

Para iniciarmos as discussões acerca do tema proposto, o Capítulo 1 será dedicado a apresentar dois elementos importantes: a base teórica e os conceitos fundamentais. A base teórica traz os direcionamentos dos principais autores consultados e que abriram caminho e guiaram a pesquisa como um todo. Enquanto os conceitos fundamentais são o cerne do desenvolvimento dos assuntos principais, que são: as tipologias de casas, o comércio familiar e o trabalho das mulheres. É importante ressaltar que tanto os estudiosos quanto os conceitos partem de uma explicação separada, mas que a aplicação de seu entendimento se faz em conjunto devido à complexidade do tema abordado nos próximos capítulos.

1.1. Referencial Teórico e Bibliográfico

Neste tópico serão abordados os estudiosos fundamentais para o desenvolvimento de uma análise histórica e crítica acerca do trabalho das mulheres na geração de capital para o comércio familiar, tendo como palco a casa, lugar de espelhamento e transformações ao longo do tempo. Há uma multidisciplinaridade nos referenciais acerca das ciências sociais aplicadas e humanas que convergem para o âmbito da arquitetura e urbanismo.

Carlos Alberto Cerqueira Lemos, brasileiro, arquiteto, historiador de arquitetura, professor na USP e pintor é referência devido às suas pesquisas sobre a arquitetura brasileira ao longo dos séculos, atravessando o período colonial até os dias atuais, com foco na história dos usos das casas e apartamentos.

Quando questionado, a cerca de três décadas atrás, sobre o sentido de estudar os tipos de casas dos nossos antepassados, Lemos (1989) responde:

Antes de tudo, o ato de morar é uma manifestação de caráter cultural e enquanto as técnicas construtivas e os materiais variam com o progresso, o habitar um espaço, além de manter vínculos com a modernidade também está relacionado com os usos e costumes tradicionais da sociedade.[...]
(LE MOS, 1989, p. 7-8)

Dessa forma, ao estudar as tipologias de casas ao longo dos séculos nos permite entender os costumes, a cultura, o cotidiano, a pátina em nossa sociedade e como isso a foi moldando estruturalmente até o século presente.

Nestor Goulart Reis Filho, brasileiro, arquiteto, urbanista, professor na USP, também formado em ciências sociais, possui obras que são referência nos estudos da formação e construção da arquitetura e urbanismo brasileiro, levando em consideração a trajetória colonial do Brasil. Um de seus focos foi o estudo tipológico da formação das casas brasileiras apresentando desenhos técnicos e representações documentais acerca do tema apontando que “[...] a arquitetura é mais facilmente adaptável às modificações do plano econômico social[...]” (REIS FILHO, 1973, p.16), o que mostra a influência das transformações sociais na arquitetura.

Mesmo com seu foco na implantação das casas nos lotes urbanos em paralelo com as mudanças da locação das casas rurais em seus trabalhos mais conhecidos e, conseqüentemente, trazendo um olhar urbanista, seus trabalhos contam com detalhes bem descritivos da história do cotidiano dentro de tais casas, como as mudanças sociais modificam a implantação devido à adição ou subtração de cômodos, aspectos da sociedade escravocrata que possibilitaram o desenvolvimento de uma arquitetura em detrimento de outra por determinados períodos, dentre outros tantos pontos que foram estudados e seguem apresentados nos próximos capítulos.

Silvia Federici, italiana, professora, ativista feminista marxista, escritora, nos aponta a problemática do trabalho da mulher no contexto histórico, como surgiu, em que pontos da história mundial se iniciam as opressões e o que implica para a estrutura da sociedade atual esse modelo.

Federici (2019a), nos trás uma análise crítica e embasada que nos mostra que “as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores [...]” (FEDERICI, 2019a, p. 27), onde sua história foi apagada, editada ou transcrita como o capitalismo e o patriarcado quiseram. Mesmo sendo uma estudiosa marxista, ela aponta as incongruências em analisar o desenvolvimento do capitalismo com um olhar que excluía as mulheres para um segundo plano em uma história em que foram agentes atuantes integralmente e protagonistas:

Porém, minha análise se afasta da de Marx por duas vias distintas. Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. Daí que a minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista. (FEDERICI, 2019, p. 26)

Friedrich Engels, prussiano, empresário industrial, escritor e teórico socialista, em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1984), traz o

panorama da construção do patriarcado, da mudança da relação entre homem e mulher em benefício da propriedade privada e como o Estado tornou-se cúmplice nesse contexto.

Helena Sumiko Hirata, nascida no Japão e criada em território brasileiro, filósofa, socióloga política, pesquisadora, professora e escritora, foi a maior referência no campo dos estudos de trabalho, gênero e divisão sexual do trabalho nessa monografia. Seus estudos acerca do tema foram contundentes e trouxeram uma visão mais realista para a divisão masculina e feminina existente no campo do trabalho, como o papel de gênero caminha com toda a estruturação desse campo atualmente, identificando e apontando a necessidade desse recorte para uma análise mais coerente.

Hirata também teve destaque em seu papel de militante no Brasil (1967 e 1968) além de sua aproximação com o feminismo quando refugiada em território francês. É nítida a influência de sua vivência em suas obras, mesmo que de forma indireta ou subjetiva. Ela atua na área até os dias de hoje, inclusive trazendo à tona toda a problemática do trabalho doméstico e de cuidados do cenário pandêmico de Covid-19, assim como Silvia Federici.

1.2. O termo “casa”

Dado o entendimento que a arquitetura é multidisciplinar, o termo “casa” não seria entendido apenas com o significado apresentado nos dicionários. Com isso, Carlos Lemos (1989) traz um caminho da conceituação do que é uma casa.

Inicialmente, aponta a ligação da casa com o abrigo, o lugar para proteger o corpo das intempéries. Mas, com o desenvolvimento das relações sociais, ações cotidianas e a existência de uma vida doméstica dentro dessas paredes, ele aponta que, ao seu entendimento, “a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários”. (LEMOS, 1989, p. 9). Dessa forma, é possível inferir que a influência dos hábitos e costumes da sociedade podem moldar como essa casa será organizada e habitada. Sendo assim, pragmatizou-se esse molde como o “programa de necessidade” de uma casa, termo muito conhecido atualmente. E que, segundo Lemos, inverte o caminho de funções da habitação para a geração dos locais das atuações domésticas, em geração dos cômodos e locação de acordo com a separação de suas atividades para, por fim, realizar as tarefas cotidianas cada uma em seu bloco de atuação.

Ademais, e reiterando a ideia clássica de Lemos (1989), essa morada ganha sentido mais subjetivo e complexo quando se considera a percepção desse local para

mulheres que possuem dupla jornada de trabalho (trabalho externo remunerado e trabalho doméstico não remunerado, tópicos abordados no Capítulo 4):

Renegadas ao posto daquelas que cuidam cotidianamente dos filhos, o espaço da casa familiar e as atividades relacionados ao seu entorno alçam uma importância muito maior para mulheres do que para o gênero masculino, este que muitas vezes permanece a maior parte do tempo fora do cotidiano familiar, pois trabalha em outra cidade/espço, ou mesmo abandona completamente a família. Isto é, para as mulheres, a moradia significa muito mais que um abrigo. Significa um espaço de proteção fundamental visto que é enquadrada em um gênero que enfrenta uma série de violências ao circular no espaço urbano. Nesse sentido, qualificar que moradia é essa, no sentido de ONDE se localiza na cidade, com acesso à infraestrutura urbana adequada, é fundamental. (HELENE, TAVARES, 2017)

Quando uma mulher pensa em um local de proteção, para além de um abrigo, abre-se inúmeras portas de questionamentos e indagações, visto que não se trata apenas de proteção do corpo humano biológico, mas sim de proteção psicológica, financeira, proteção para filhos e familiares, segurança das violências nas ruas e dentro do próprio lugar de morada praticadas por pessoas próximas. A casa se torna um mundo complexo, reflexo da luta inacabável dessas mulheres contra as violências a que são expostas diariamente.

1.3. Capitalismo e Patriarcado

Segundo Federici (2019), o capitalismo começa a ser instaurado com a decadência do sistema feudal e expansão do mercantilismo no início do século XV. O capitalismo pode ser entendido como um sistema, e, como todo sistema, segue suas regras a fim de ter a expressão de seu modelo. Trata-se de um sistema econômico, social, político e moral com o qual se obtém a acumulação de bens, divisão de classes e tem sua manutenção no consumismo. Com isso, “pode-se dizer que o princípio básico do capitalismo está sustentado em cima da propriedade (ou a posse), a divisão da sociedade em capitalistas e classe trabalhadora, e no ciclo constante de produção-consumo-lucro.” (GOMES, 2018, p. 31).

Além disso, a violência e segregação fazem parte de sua estrutura desde o seu início. Não existiria o capitalismo se não houvesse a coação, a opressão e a exploração de sujeitos que ele julga como menos importantes.

Com efeito, a lição política que podemos tirar de Calibã e a Bruxa é que o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais - a promessa de liberdade frente a coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada - difamando a natureza daqueles a quem

explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização. (FEDERICI, 2019a, p.37)

E, de acordo com Foucault (2019), para que haja a opressão é necessário que exista, além do sistema de opressão, o próprio opressor e uma disparidade de poder. E para esse papel, de mãos dadas com o desenvolvimento do capitalismo tem-se o desenvolvimento do patriarcado, “[...] uma estrutura de poder antes não nomeada e, portanto, invisibilizada e naturalizada.” (TAVARES; RAMOS, 2021, p. 248)

Segundo Christine Delphy no capítulo “Patriarcado (teorias do)”, publicado no “Dicionário crítico do feminismo” em 2009, o sentido da palavra “patriarcado” teve modificações de acordo com mudanças sociais e culturais ao longo dos séculos. Mas o entendimento atual é que:

Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (DELPHY, 2009, p. 173).

De acordo com Engels (1984), a monogamia, poligamia ou mesmo a poliandria existia concomitantemente em diferentes lugares e sem nenhum tipo de imposição ou pressão para acontecerem. Cada sociedade, principalmente as do Novo Mundo, se organizava com base nos preceitos que acreditavam para viver.

Com essas várias formas de relação familiar, seria muito difícil instituir o capitalismo, porque não seria possível e viável a manutenção do acúmulo de capital e bens, se tudo fosse posto em comunidade e dividido, até mesmo os filhos, havia muita paz. Dessa forma, passa a ser vendido que o amor de verdade só ocorre entre um homem e uma mulher (heteronormatividade) que gera um filho e dispõem todos os frutos de seu trabalho perante a exploração do capitalismo para a criação da criança e garantia de seu futuro.

A monogamia heteronormativa era a única forma, de saber, ou, minimamente, de se supor, quem era o filho de qual homem, ou seja, para saber para quem o dinheiro gerado pelo trabalho do homem iria enquanto a mulher estava em casa cuidando do desenvolvimento da criança que, quando crescesse, se tornaria mão de obra para o mercado de trabalho.

Nos anos 60 e 70, o modelo do sociólogo norte-americano Talcott Parsons exerceu uma ascendência considerável sobre a Sociologia francesa, a despeito da distância que Andrée Michel (1972) toma em relação a ele. Para ele, a família é uma instituição cuja dupla função é a reprodução e a

socialização. Essa função se organiza por meio de uma divisão de papéis que repousaria sobre as naturezas masculina e feminina. A família conjugal, dois cônjuges e seus filhos, constituiria a única família “verdadeira”, e os outros modelos não seriam mais do que disfunções ou desvios. Ora, a contribuição das mulheres para a produção econômica e sua presença no mercado de trabalho constituem precisamente desvios em relação à norma da repartição entre o papel “instrumental” masculino do pai, provedor da renda da família e encarregado das relações desta com a sociedade, e o papel “expressivo” feminino da esposa-mãe que se consagra à vida doméstica e aos cuidados das pessoas, exercendo sua função afetiva no âmbito da família. A partir de sua especialização exclusiva em matéria de reprodução, toda dimensão econômica seria excluída da família. (DEVREUX, 2009, p. 97)

Com isso, nasce a base para a sustentação do patriarcado que segue com os mesmos problemas sociais até hoje.

Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre o homem e a mulher, originado pelo domínio exclusivo do primeiro, teremos um quadro em miniatura das contradições e antagonismos em meio aos quais se move a sociedade, dividida em classes desde os primórdios da civilização, sem poder resolvê-los nem superá-los. (ENGELS, 1984, p. 73)

O capitalismo depende da fé do patriarcado, enquanto o patriarcado depende do sonho vendido pelo capitalismo, Federici (2019a). São indissolúveis e indissociáveis. A exploração que o proletário sofre no trabalho para ter acesso a montantes de dinheiro irrisórios é exercida em suas casas com a sua família, “a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo” (FEDERICI, 2019a, p. 232) e:

As feministas materialistas do começo dos anos 60 apontaram o desafio econômico e político que há na negação da importância da contribuição social das mulheres, ao colocar a ênfase na produção doméstica. Para Christine Delphy (1998), esta é assegurada gratuitamente pela exploração econômica da mulher pelo homem e se apoia na instituição do casamento. Ela é objeto do modo de produção doméstica, que constitui a base econômica do patriarcado. (DEVREUX, 2009, p. 97)

Ou seja, trata-se de uma relação simbiótica, onde há comensalismo entre o capitalismo e o patriarcado e o parasitismo de ambos para com as mulheres. O patriarcado é reinventado o tempo todo para continuar existindo dentro do capitalismo, enquanto isso, as mulheres seguem sendo cada vez mais oprimidas e excluídas:

A desigualdade legal, que herdamos de condições sociais anteriores, não é causa e sim efeito da opressão econômica da mulher. No antigo lar comunista, que compreendia numerosos casais com seus filhos, a direção do

lar, confiada às mulheres, era uma indústria socialmente tão necessária quanto a busca de víveres, de que ficavam encarregados os homens. As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. (ENGELS, 1984, p. 79-80)

1.4. Gênero

Nicole-Claude Mathieu aponta que “de modo geral, opomos o sexo, que é biológico, ao gênero (gender, em inglês), que é social” (MATHIEU, 2009, p. 222), e nos explica que o sexo é apontado como sexo feminino ou sexo masculino para designar uma diferença biológica no aspecto reprodutivo entre os seres vivos.

Ela nos traz que o todo o espectro do gênero caminha de mãos dadas com o campo social, onde existe o gênero feminino (atribuído ao sexo feminino) e o gênero masculino (atribuído ao sexo masculino):

As sociedades humanas, com uma notável monotonia, sobrevalorizam a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo. Elas lhe aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social. (MATHIEU, 2009, p. 223)

Dentro da sociedade patriarcal, as atribuições socialmente inferidas a cada gênero aplicaram uma proporção de desigualdade entre os gêneros e “Heleneh Saffioti ressalta que ambas categorias, patriarcado e gênero, são complementares, e que sua nomeação é fundamental para desvelar essa estrutura de dominação-exploração” (TAVARES; RAMOS, 2021, p. 248 apud SAFFIOTI, 2004, p. 56).” Onde tal estrutura gera um desequilíbrio em todas as áreas de atuação, sendo ressaltada duas áreas importantes para essa pesquisa: a divisão sexual do trabalho e o controle da capacidade reprodutiva (MATHIEU, 2009).

Onde os trabalhos não remunerados e invisibilizados das mulheres se tornaram atribuições sociais originárias de seu gênero feminino, em que “não se nasce mulher, torna-se” (DE BEAUVOIR, 1967, p. 9): o cuidado com a nova mão de obra que acaba de nascer; o cuidado com a velha mão de obra que já foi explorada e não gera mais lucro; os serviços de limpeza, organização e articulação para a manutenção do cotidiano, dentre outras atividades.

Esses trabalhos de “colaboradoras invisíveis” (LÖWY, 2009, p. 43) mostra como metas de crescimento na carreira, acesso a empregos com remunerações melhores,

acesso à maior grau de especialização são tarefas muito mais complexas para mulheres atreladas ao gênero feminino com um certo grau de imposição da sociedade para executarem suas “funções de mulheres” do que para homens atrelados ao gênero masculino, visto que as mulheres vão possuir uma inclinação para desejos ligados a subserviência (pois são ensinadas assim desde a infância) enquanto homens são estimulados a atividades de liderança e poder (também ensinados assim desde a infância).

No final do século XX, o termo gênero como categoria de análise, inexistente até então, surge como um ato político: reivindicar certo campo de definição e insistir, segundo Joan Scott (1995), no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo: a partir de uma divisão baseada no sexo (uma relação biológica) se estabelecem relações sociais/culturais, no dualismo feminino/masculino se constrói todo um sistema de significados. (TAVARES; RAMOS, 2021, p. 248)

Há uma clara segregação, hierarquização e desequilíbrio de poder desde o início da vinculação do gênero para com o ser humano. Dessa forma, há o cerceamento da liberdade de escolhas individuais e sociais entre homens e mulheres.

1.5. Luta Feminista

O movimento feminista tem início

[...] em meados do século XIX, as postulações relacionadas aos direitos de mulheres começaram a ocorrer de maneira mais estruturada, com a criação de entidades coletivas e o surgimento de demandas uniformes, bem como de esforços teóricos para dar sustentação às cobranças políticas relacionadas à situação social das mulheres. Começa a nascer aí o movimento denominado feminismo, que até hoje é atuante em busca da emancipação das mulheres. (CITTADINO; ARAÚJO, 2015, p. 332).

Com o surgimento, houve uma série de reivindicações que foram ganhando força e dando estrutura e direcionamento ao movimento conforme as necessidades de cada época.

Para que o estudo sobre tais manifestações fosse melhor realizado, o movimento feminista foi seccionado por algumas autoras em períodos cronológicos denominados ondas, numa ideia análoga àquela que motivou as gerações ou dimensões de direitos humanos. O que se defende é que, conforme a época, os movimentos feministas apresentavam demandas específicas, evoluindo em direção a outras matérias conforme a passagem do tempo e as mudanças na sociedade, que traziam questões novas e o amadurecimento do próprio movimento feminista. (CITTADINO; ARAÚJO, 2015, p. 332).

De acordo com Cittadino e Araújo (2015), as reivindicações de cada onda feminista foram: em primeira onda a participação política, direito ao voto e à vida pública, de meados do século XIX até início do século XX liderados pelo movimento sufragista; em segunda onda houve intensa discussão acerca das opressões e explorações que as mulheres sofriam à época, de meados ao fim do século XX; e em terceira onda ocorreram protestos punks, discussões sobre identidade e liberdade das mulheres, na década de 1990.

Figura 01: Manifestação do movimento sufragista pelo direito ao voto - primeira onda feminista



Fonte: <https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Atualmente tem-se a quarta onda do feminismo, com o início na segunda década do século XXI, com o foco na tecnologia, visto a era digital em que o mundo está inserido. A quarta onda mostra a indignação com uma sociedade patriarcal e machista que continua permitindo e deixando impune o assédio sexual, a misoginia, violências de gênero e desigualdade entre homens e mulheres nos ambientes públicos, em casa, nos espaços de aprendizado (escolas, colégios e universidades) e de trabalho. Trazendo à tona que essas violências continuam existindo, só que agora também presentes e disseminadas, de forma mais sofisticada, na era digital. (COCHRANE, 2013; CITTADINO; ARAÚJO, 2015)

Figura 02: Marcha feminista reivindica seus direitos



Fonte:

<https://pt.org.br/8m-mulheres-estao-em-luta-pelo-mundo-conheca-as-pautas-feministas-em-diversos-paises/>

Acesso em: 13 jan. 2023.

Além dessa divisão dos estudos do feminismo através das quatro ondas do movimento apontado por algumas autoras como indica Cittadino e Araújo (2015), também existem as vertentes feministas. Cada uma possui seu foco e particularidades para demonstrar e explicar as violências e opressões sofridas por mulheres. A seguir são abordadas quatro vertentes principais que ganham voz e representatividade a cada dia.

A vertente feminista liberal tem como base trazer a igualdade entre homens e mulheres de forma gradativa e com apoio do Estado, entendendo e legitimando as desigualdades existentes, mas apontando que a mudança é feita em conjunto e de forma gradativa. O capitalismo se apoia, beneficia e veicula esse discurso mais gradativo ao considerar que uma quebra muito forte e incisiva de paradigmas sociais tão rápido seria prejudicial para a sua existência como um sistema (FERNANDES, 2019). Mary Wollstonecraft, Harriet Taylor e Emma Watson são nomes que impactam a história da vertente feminista liberal.

Enquanto a vertente do feminismo marxista (ou socialista) aponta a base das desigualdades entre homens e mulheres atribuídas ao sistema capitalista em que, majoritariamente, a economia mundial cresce. O recorte cultural e racial não se torna o foco de tal vertente apesar de citado e contextualizado nos estudos, o que gera uma crítica à vertente, mas não deslegitima a influência econômica na opressão das mulheres (FEDERICI, 2019a; FERNANDES, 2019). Autoras e estudiosas como Silvia Federici, Márcia Tiburi, Manuela D'Ávila, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai são importantes nomes que seguem essa vertente.

O feminismo radical aborda uma ruptura e revolução contra o sistema vigente de forma mais incisiva e imediata considerando que os papéis de gênero atribuídos ao sexo feminino e ao sexo masculino são a base da instituição das desigualdades entre os gêneros. Aponta de forma mais direta as problemáticas vigentes na estrutura patriarcal machista capitalista, visto que parte de uma ruptura bem clara com o sistema, o que torna a vertente vista como radicalizada. Como os debates giram em torno dos papéis de gênero e do sexo biológico, novamente o recorte racial e cultural não são o foco da vertente (COLETIVO QG FEMINISTA, 2023). Naomi Wolf, Betty Friedan e Angela Davis, em seus primeiros escritos, trouxeram uma carga disruptiva com o sistema vigente dando voz e força aos movimentos militantes iniciais.

O feminismo interseccional, em concomitância com o feminismo negro, traz ao centro da questão a raça, classe e gênero, ao identificar que, dentro do recorte mulheres, há diversos grupos com suas singularidades que precisam ser contemplados pela luta. Entende-se que mulheres diferentes existem e não um único tipo de mulher. Dessa forma, a interseccionalidade busca envolver os grupos de mulheres, levando em conta suas diferenças, em uma luta em comum pelo respeito, não violência, direitos e representatividade para as mulheres (BERTH, 2019). Pensadoras como Joice Berth, Djamila Ribeiro, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Conceição Evaristo trazem luz e referência ao recorte racial dentro da luta feminista conduzindo, paralelamente, classe e gênero para dentro dos debates.

Dessa forma, mesmo bebendo da fonte do feminismo marxista com Silvia Federici para dialogar sobre a estrutura capitalista, essa monografia pretende andar de mãos dadas com o feminismo interseccional. Com o intuito de trazer o recorte de raça, classe e gênero para contar a história do trabalho das mulheres domésticas no Brasil. Atentando-se ao lugar de fala ao qual a autora ocupa, sendo uma mulher branca, e, em nenhuma hipótese com o intuito de tomar protagonismo em relação ao recorte e fomentar a invisibilização da mulher negra na história, mas sim com o intuito de um diálogo amigo e de aprendizado para contar a história das mulheres brasileiras.

Destaca-se que as ondas, e muitas das vertentes, feministas vieram guiadas por estudos e luta de mulheres brancas ligadas às violências que sofriam constantemente, mas que as mulheres negras sempre precisaram olhar para a sua existência perante uma ótica de gênero e também racial. Nesse ponto, o feminismo peca no erro da falta de inclusão de debate racial que vem tomando mais consciência e força no século XXI com a perspectiva interseccional posta em debate:

Para hooks, a mulher negra tem um papel central para a reformulação do pensamento feminista por trazer olhares a partir do seu lugar social. Esse

incômodo com a invisibilidade das mulheres negras, porém, já havia sido abordado em seu primeiro livro, publicado em 1981 e intitulado *Ain't I a woman: black women and feminism*, título baseado no famoso discurso homônimo de Sojourner Truth. (BERTH, 2019, p. 100)

O termo “feminista” vem acompanhado de muita subjetividade e complexidade. O entendimento mais conhecido que se tem dele e o que foi apontado por Chimamanda Ngozie Adichie em palestra e posteriormente em seu livro publicado em 2014: “Eu sou feminista. Naquele dia, quando cheguei em casa e procurei a palavra no dicionário, foi este o significado que encontrei: ‘Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos’ ”. (ADICHIE, 2014, p. 54).

Mas a luta feminista, no Brasil, ganha força quando “as mulheres iniciaram sua luta por direitos políticos no início do século XX, conquistando o direito de votarem e serem eleitas em 1932.” (GOMES, 2018, p. 27), salve algumas restrições. Com a ditadura instaurada de 1964 até 1985, muito do que se foi conquistado foi perdido. Porém com a redemocratização do país, as mulheres puderam retomar sua luta e hoje possuem sua igualdade perante os homens assegurada na Constituição Federal Brasileira, ocupam campos políticos importantes, como Dilma Rousseff que foi a primeira presidente eleita democraticamente no país em 2014 e têm acesso a educação pública assim como os homens, sem restrição de curso ou locais que podem frequentar como antes existia.

No Brasil, país marcado por desigualdades profundas, onde é patente a concentração no acesso a recursos e à efetiva influência política, a posição das mulheres se modificou ao longo das últimas décadas. É algo visível, por exemplo, no ensino superior e no mercado de trabalho. Se as mulheres pobres estiveram desde sempre integradas ao mundo do trabalho, ainda que quase sempre em condições precárias, há um número cada vez maior de mulheres em atividades profissionais nos patamares mais altos de remuneração e reconhecimento social. E, na segunda metade do século XX, inverteu-se a tendência que fazia com que elas tivessem menos escolaridade do que os homens. (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 9-10)

Mas é importante salientar que, mesmo com todos os avanços políticos e sociais, a opressão das mulheres diante da sociedade patriarcal está sempre presente, mesmo resguardadas perante a constituição os índices de violência contra a mulher não param de subir, o crescimento do poder conservador as oprime, e, ao juntar o sexismo, racismo, divisão de classes e a recente pandemia de Covid-19, torna-se cada vez mais difícil para as mulheres viver de forma saudável no Brasil, como mostra a repórter Karla Alessandra em matéria publicada na Câmara dos Deputados:

Segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, 17 milhões de mulheres foram vítimas de alguma forma de violência no Brasil. [...] A deputada Tereza Nelma (PSDB-AL) lembrou que essa violência atinge

52% das mulheres pretas, 40 % das mulheres pardas e 30 % das mulheres brancas. Para a deputada, outro fator que chama a atenção é que a pandemia afetou mais as mulheres negras que são responsáveis por 61% dos 11 milhões de lares uni parentais. “Para além dos índices de violência, as mulheres negras também foram as mais afetadas pelos impactos socioeconômicos da pandemia, com a perda de emprego e renda a impossibilidade de trabalhar fora de casa.” (ALESSANDRA, 2021, recurso online)

O feminismo traz uma luta que tem por objetivo ser inclusiva e dialogar com as minorias tão oprimidas quanto as mulheres na sociedade patriarcal, Federici (2019a). Ao se instigar a briga entre os oprimidos de “quem seria o mais oprimido?”, só quem ganha com isso é o próprio sistema patriarcal e capitalista que cria campanhas em cima disso para gerar vendas e lucro para o bolso dos patriarcas, geralmente, homens brancos e héteros. O ditado popular “a união faz a força”, deve confabular e atuar em conjunto com o discurso feminista para a conquista de direitos e vivência digna das mulheres.

1.6. Divisão Sexual do Trabalho

O conceito social do trabalho que se tem hoje, basicamente, trata-se de um conjunto de atividades realizadas por um indivíduo para outro em troca de alguma coisa, sendo “compreendido como atividade de produção de bens e serviços, assim como conjunto das condições de exercício dessa atividade”. (MARUANI, 2009, p. 85 apud Decouflé e Maruani, 1987). Mas veremos que as nuances de violência e sofrimento do conceito inicial, explicados a seguir, perpassam para a atualidade.

Olhando sua etimologia, “O trabalho, se buscarmos a origem da palavra lá atrás, vem do latim *tripalium*, que por sua vez é a junção de *tri* (três) com *pallium* (madeira). Era basicamente um instrumento de tortura comum na Europa na Idade Média.” (GODINHO, 2018, p. 17).

O trabalho “era sinônimo de sofrimento e/ou imobilização forçada” (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 252) visto que era entendido como as atividades laboriosas, sofridas destinadas a pessoas pobres, “quem trabalhava, quando surgiu essa palavra, eram as pessoas que não tinham posses - geralmente escravos [...]” (GODINHO, 2018, p. 17).

Na antiga sociedade feudal, com uma mudança de mão de obra de pessoas escravizadas para pessoas em regime de servidão ocorreram algumas mudanças significativas:

Do ponto de vista das mudanças introduzidas na relação senhor-escravo, o aspecto mais importante da servidão foi a concessão aos servos do acesso

direto aos meios de sua reprodução. Em troca do trabalho que estavam obrigados a realizar na terra do senhor (a *demesne*), os servos recebiam uma parcela de terra (*mansus* ou *hide*) que podiam utilizar para manter-se e deixar a seus filhos [...]. (FEDERICI, 2019a, p. 48-49)

Passa a existir uma determinada troca econômica em que o trabalhador ganha algo nas relações de trabalho, mas não há uma troca monetária. Além disso, não se perde o vínculo trabalho - forma de sofrimento, a servidão continua sendo uma forma de trabalho análoga à escravidão, “Trabalhar significava ‘ser torturado’” (GODINHO, 2018, p. 17).

Depois do latim, o termo passou para o francês *travailler*, que significa “sentir dor” ou “sofrer”. Em alemão, a palavra *Arbeit* vem diretamente de “servidão” ou “escravidão”. Com o passar do tempo, a palavra passou a significar “fazer uma atividade exaustiva” ou “fazer uma atividade difícil, dura”. (GODINHO, 2018, p.17)

Essa troca monetária e mudança de significado aparece com o capitalismo e a Revolução Industrial (séc XVIII), o trabalho remunerado, “o trabalho assalariado no sentido moderno, tal como emerge no capitalismo nascente” (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 253), é o recurso encontrado para estabelecer o valor a ser pago pelo trabalho entregue:

O uso dessa noção emerge sob uma forma inédita: a de uma atividade social que podemos objetivar, isto é, descrever, analisar, racionalizar, prescrever em termos precisos: uma sequência de operações, consideradas numa abstração generalizante, e o tempo mensurável necessário para realizá-la. Esse trabalho moderno, disfarçado sob a expressão “atividade que pode ser objetificada”, é considerado desde então na relação salarial nascente, porque se desenrola em torno da questão doravante central, que é a apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista. A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de força política e social: a separação entre uma sequência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho, de um lado; a força de trabalho, de outro. (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 253).

Apenas no século XVIII a palavra ganha algum simbolismo de status “ao lhe conferir a virtude de estar na origem da produção material da vida” (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 252-253), mas “tão logo enobrecido, esse trabalho recobrou seu antigo sentido, pois, sob o jugo do assalariamento, o trabalho logo se tornaria sinônimo de constrangimento e sofrimento para quem o exercesse” (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 253). Observa-se a dinâmica de exploração dos trabalhadores no sistema capitalista que continua sendo remetido ao sofrimento, formas de constrangimento e violência que a maioria da população passa visando um salário para continuar sobrevivendo dentro desse sistema.

Posto o que é o trabalho em uma sociedade capitalista, um exercício de atividades realizadas com base em uma troca monetária baseado em exploração e sofrimento da classe trabalhadora, é necessário trazer a perspectiva de gênero e racial junto à discussão, onde:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (KERGOAT, 2009, p. 67).

Segundo o pensamento exposto por Danièle Kergoat em “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” publicado no “Dicionário crítico do feminismo”, em 2009, tal divisão do trabalho tem, como sua base, seus princípios de organização: a separação e a hierarquização. No princípio da separação ocorre a classificação de quais são os trabalhos masculinos e quais são os trabalhos femininos. Já na hierarquização ocorre a classificação de quais trabalhos são mais importantes, onde “um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher” (KERGOAT, 2009, p. 67).

É muito evidente a diferença de tratamento entre homens e mulheres no mercado de trabalho criado com o cerne do capitalismo e do sistema patriarcal que possibilitou “impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora.” (FEDERICI, 2019a, p. 232)

Seja na remuneração do trabalho, onde os homens recebem mais que as mulheres e têm mais acesso a cargos com maiores remunerações, principalmente em relação às mulheres negras:

Há quase três vezes mais mulheres do que homens entre quem ganha até meio salário mínimo, mas há crescentemente menos mulheres nas faixas de renda a partir de dois salários mínimos, e essa proporção se inverte quando se chega ao topo da pirâmide. Nos estratos com rendimento maior do que vinte salários mínimos, há quase três vezes mais homens do que mulheres. A renda também oscila segundo o sexo e a cor dos indivíduos. Nos dois extremos estão a renda média dos homens brancos e a das mulheres negras – a dos primeiros é quase três vezes maior que a das últimas. Mas a renda expressa também as desigualdades entre as mulheres – a renda média das mulheres negras é 44% menor que a das mulheres brancas. (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 10)

Ou no campo do tratamento para com as mulheres no ambiente de trabalho que se torna hostil:

Não se trata só da remuneração. Em muitos locais de trabalho, as mulheres são expostas cotidianamente a pressões e constrangimentos que não fazem parte da vivência dos homens, do assédio sexual às exigências contraditórias de incorporar tanto o profissionalismo quanto uma “feminilidade” que é construída como sendo o oposto. Em conjunto, a vigência dos estereótipos, as estruturas de autoridade ainda dominadas pelos homens e as múltiplas responsabilidades adicionais, que são típicas da condição feminina nas sociedades marcadas pelo sexismo, tornam a experiência do trabalho assalariado mais penosa para as mulheres do que para os homens, o que, de formas diferentes, ocorre em todos os níveis da hierarquia de ocupações. (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 10-11)

Há diferença de tratamento entre os indivíduos explorados do sexo masculino e feminino. Isso ocorre devido à necessidade de exercer níveis diferentes de exploração para com o corpo proletariado e o corpo proletário responsável por produzir e reproduzir mão de obra para o capitalismo, Federici (2019b).

2. Tipologias Brasileiras - Casas e Apartamentos

O capítulo anterior apresenta os estudiosos que guiaram e foram consultados ao longo das pesquisas sobre as tipologias das casas, a geração de capital pelo comércio familiar e como o trabalho das mulheres nesse contexto era fundamental.

Além disso, os conceitos fundamentais vieram pontuando a necessidade de se entender a casa como um elemento cheio de subjetividade ao longo dos tempos, esse caminhar histórico se torna importante, como as mudanças culturais influenciaram na forma e onde se gera o dinheiro, além de deixar explícito a descredibilização do trabalho das mulheres para a construção do mundo e, especificamente, do Brasil.

Dadas as principais referências e os conceitos fundamentais abordados no Capítulo 1, iniciamos a primeira parte de análise mais aprofundada acerca do tema proposto no Capítulo 2.

Dentro do recorte escolhido (do início da colonização no Brasil no século XVI até o fim do século XIX), serão abordadas quatro das principais tipologias de moradias: as casas rurais de fazendas de café e cana de açúcar; os sobrados; as casas operárias e, por fim, os primeiros prédios de apartamentos com comércio no térreo. Tais tipologias, serão abordadas para apresentar alguns exemplos, dentro do longo recorte temporal escolhido, das construções arquitetônicas brasileiras, levando em consideração sua colonização e, por conseguinte, influências estrangeiras.

2.1. Casas das Fazendas Escravocratas

Pensando o local de partida da conceituação do que é uma casa, o Brasil possui seu próprio caminho de construção de suas tipologias de moradias a partir do século XVI com forte influência exterior europeia, devido a colonização aqui instaurada pelos portugueses, colocando como figurantes as suas raízes indígenas e vernaculares.

Pretendemos fazer uma breve história da casa brasileira e isso fatalmente nos leva às raízes ibéricas, especialmente às fontes de Portugal, o país que nos formou conforme as condições tropicais. Se a história de nossa casa tem o seu começo nas terras lusitanas, também tem seus vínculos com a oca indígena e até perceptíveis compromissos com a África e com o Oriente, com a Índia, nas tentativas de contornar o calor abrasador.” (LEMOS, 1989, p.11)

Assim, a influência portuguesa ficou muito perceptível na arquitetura brasileira após o início da colonização. Com esse influxo, uma das primeiras arquiteturas que pode ser mencionada é a das grandes casas de fazendas de engenho (século XVI e XVII) e de produção de café (século XVIII e XIX), que refletiam a cultura dos portugueses em nosso território, mesmo sem ter a funcionalidade mais adequada ao uso e costumes das terras tropicais e seu clima.

As casas rurais dessas fazendas de engenho de açúcar ou de café continham, em seu programa de necessidades, um grande número de cômodos:

O que permite ir um pouco além é o exame de alguns arrolamentos em que os bens estão listados em conformidade à sua disposição interna nos cômodos da casa. O inventário da fazenda Resgate, de 1878, proporciona um exame metucioso da sua distribuição interna. Nele são enumerados: “sala de entrada, sala de visitas, 1º quarto, 2º quarto e 3º quarto; escritório, sala de jantar; 1º quarto na sala de jantar, 2º quarto na sala de jantar, 3º quarto, 4º quarto; sala de costura, 5º quarto, 6º quarto e cozinha”. (CARRILHO, 2006, p.69)

Com algumas variações de região para região, mas basicamente alguns pontos se repetiam em sua grande maioria:

A disposição com salas na frontaria, alcovas e quartos no lanço intermediário, sala de jantar ou varanda na banda posterior e, finalmente, cozinha e dependências de serviços no puxado é o esquema de organização que se generaliza. Assobradada ou não, esta forma recorrente é consequência do fato de a residência propriamente dita realizar-se em um único piso. Tal arranjo sistemático é, sem dúvida, decorrente de formas de comportamento social consolidadas, cuja expressão característica se resume no estabelecimento de dois setores fortemente diferenciados, em que os limites eram determinados pela nítida separação entre o universo da vida social e o da vida privada. (CARRILHO, 2006, p.76)

A produção de inventários, que precisavam se atentar para o quantitativo dos objetos inventariados, como aponta Carrilho (2006), para o levantamento das grandes fazendas, nos permite ter acesso às características tipológicas das casas sedes existentes nos terrenos e detalhes da estrutura social corrente à época.

Em relação à casa sede, “A nossa velha casa patriarcal” (LEMOS, 1989, p. 11), podemos dividir os cômodos por três setores: social, íntimo, apontado por Carrilho (2006) como o campo da vida social e da vida privada, e de serviço, apontado por Lemos (1973) como local de trabalhos domésticos.

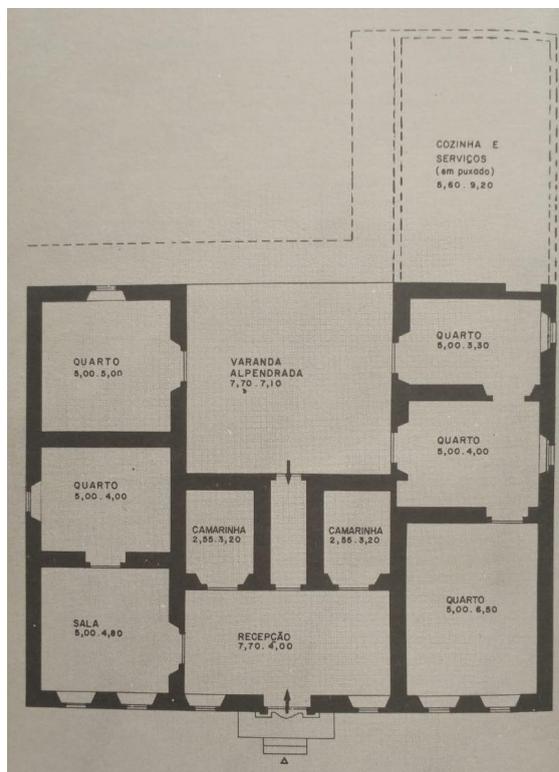
No setor social temos a sala de jantar para um momento de reunião com todos os membros da família antes do sol se pôr e dar limite às atividades diárias “A sala de jantar apresenta ‘uma mesa de jantar e dezoito cadeiras’, além do ‘consolo de

mármore'." (CARRILHO, 2006, p.70); sala de recepção de visitantes usada formalmente com pessoas não íntimas da família; quarto de hóspedes, muito comum devido as andanças de viajantes à cavalo o que marcava a receptividade e hospitalidade como traço social marcante e necessário à época "As grandes distâncias e a precariedade dos caminhos transformou a hospitalidade numa obrigação social, numa questão de sobrevivência. Daí, o quarto de hóspedes no corpo da casa de morada [...]" (LEMOS, 1989, p.14); alpendres e/ou varandas eram amplos locais sombreados de convívio e descanso.

Haviam muitos quartos para o setor íntimo, devido ao grande número de integrantes das famílias, que eram chamados de alcovas e não possuíam janelas, tendo assim, falta de ventilação; os banhos eram tomados em um cômodo separado ou com bacias nos próprios dormitórios devido a falta de água encanada; o banheiro, ou latrina como era referenciado à época, era um local à parte da casa, do lado de fora com o sistema de fossa (LEMOS, 1989).

Segundo Lemos (1973) e Reis Filho (1973), as cozinhas e áreas de serviço eram consideradas locais sujos e de pouca estima sendo separados da casa e de uso somente dos escravos, refletindo a estrutura racista e segregacionista.

Figura 03: Planta da Fazenda Passa Três, município de Sorocaba, pertenceu ao Brigadeiro Tobias. Final do século XVIII



Fonte: LEMOS, 1973, p. 94

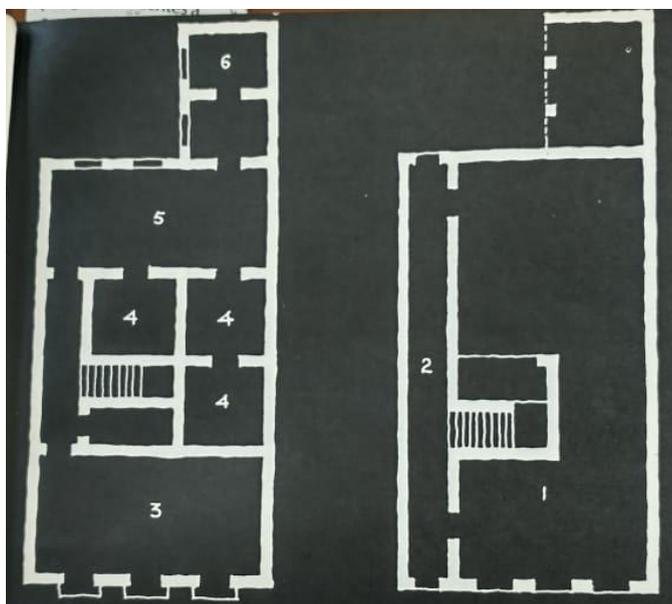
2.2. Sobrados

Os sobrados, ao contrário das casas de fazendas escravocratas da zona rural, constituíram uma morada típica das cidades colonizadas brasileiras, da região nordeste e sudeste principalmente, entre os séculos XVI e início do XIX.

Pensando a origem da palavra, Lemos traz que “O termo primitivamente designava o espaço sobrado ou ganho devido a um soalho suspenso” (LEMOS, 1989, p.32-33) o que já apresentava a tipicidade da construção que consta de um novo espaço criado a partir do assoalhamento, ou seja, a partir da criação de uma superfície que permitisse utilizar a parte abaixo ou acima do que anteriormente seria somente a casa térrea.

Com a criação desse novo nível utilizável, as famílias mais ricas passaram a habitar o nível superior, mais distantes das ruas, com mais privacidade e com os mesmos confortos devido ao sistema de escravidão existente. A parte de baixo passou a ser entendida como um espaço “a mais” e não íntimo. Dessa forma, foi possível utilizar o espaço com lojas, salões, escritórios ou mesmo uma ‘senzala urbana’ reflexo da estrutura social colonial.

Figura 04: Planta esquemática típica de sobrados (À direita o térreo com: 1. loja e 2. corredor de entrada para a residência, independente da loja. À esquerda pavimento superior com: 3. salão; 4. alcovas; 5. sala de viver ou varanda e 6. cozinha e serviços)



Fonte: REIS FILHO, 1973, p. 60.

Dadas as características e usos típicos dos sobrados, Lemos (1989), nos traz um panorama geral que ilustra algumas singularidades de acordo com cada região.

Na região Sudeste, havia bastante disparidade entre os sobrados devido a diversos fatores. O Rio de Janeiro, como nova capital do país, teve contato com os sobrados que apresentavam grande grau de riqueza e luxo em suas fachadas, decoração e organização interior. Enquanto isso, São Paulo, com grande influência das expedições bandeirantes, teve contato com sobrados mais simples, sem muita pompa, funcionais e mais práticos. Ademais, “os sobrados mineiros nunca tiveram um claro plano regulador de suas plantas” (LEMOS, 1989, p. 43), onde “planos” se refere a planície territorial de Minas Gerais que possui muitos desníveis em seu relevo, não permitindo plantas que acompanhassem uma locação em solo plano, dessa forma, gerando plantas com recortes diferenciados.

Enquanto na região Nordeste do país o dinheiro que circulava com a produção de açúcar influenciou na forma de construção e funcionalidade dos sobrados. A Bahia apresentou “sobrados mais magníficos” (LEMOS, 1989, p. 35), grandes e imponentes. Enquanto no Recife surgiram os “sobrados magros” que podem ter recebido esse nome devido a três possíveis fatores, de acordo com Lemos (1979), devido ao preço elevado dos lotes, falta de solos firmes ou motivações urbanísticas desconhecidas atualmente:

Eram os chamados “sobrados magros” do Recife, de vários andares, chegando até a cinco, ou mesmo seis pavimentos. De um modo geral, no térreo estava o estabelecimento comercial de seu proprietário, ou inquilino, tendo nos fundos acomodações para escravos, viaturas e cavalos de tiro. No primeiro sobrado, os escritórios, depósitos e acomodações dos caixeiros, futuros comerciantes em fase de aprendizado, geralmente jovens portugueses emigrados. Daí para cima, morava a família; havia o andar de receber visitas, o andar dos dormitórios, o andar de estar e comer. O último pavimento, no desvão do telhado praticamente, era destinado à cozinha. Por aí, vê-se que esse sobrado somente poderia funcionar à custa da mão-de-obra escrava, que subia e descia lanços de escada carregando cântaros de água, lenha, mantimentos e vasilhames de mil formas de peso. (LEMOS, 1979, p.40-41)

As casas térreas passaram a ser moradas das pessoas sem condições financeiras altas, visto que para sustentar um sobrado era necessário força de trabalho de muitos escravos e estes eram caros, mas nem por isso bem tratados. O sobrado, inicialmente, trouxe uma clara distinção social entre as pessoas mais pobres e as que detinham capital nas cidades brasileiras.

Os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea. Suas diferenças fundamentais consistiam no tipo de piso: assoalho no sobrado e de ‘chão batido’ na casa térrea. Definiam-se com isso as relações entre os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar a casa de ‘chão batido’ caracterizava a pobreza. Por essa razão os pavimentos térreos dos sobrados, quando não eram utilizados como lojas, deixavam-se para acomodação dos escravos e animais ou ficavam quase vazios, mas não eram utilizados pelas famílias dos proprietários. No mais, as diferenças eram pequenas. (REIS FILHO, 1973, p. 28).

2.3. Casas Operárias

Com diversas mudanças sociais ocorrendo no Brasil pós Lei Áurea, o capitalismo mostrou sua engenhosidade, mais uma vez, para solucionar o problema habitacional cada vez mais crescente.

Nos tempos antigos [...] as atuações do negro escravo [...] fazendo tudo para o conforto do branco, como tão bem lembrou Lúcio Costa, já nos fazem perceber que as transformações da Lei Áurea, em 1888, e impulsionadas pela República, pela imigração intensificada, pela Primeira Guerra Mundial em 1914 e pelo conseqüente surto industrial fatalmente iriam obrigar essas casas a se adaptarem aos novos modos de vida. (LEMOS, 1973, p. 17)

Foram criadas as vilas operárias para que os trabalhadores pudessem ficar próximos das indústrias e receber uma moradia. “O planejamento dos cortiços ocupando o miolo dos quarteirões inspirou os capitalistas a construir nessas áreas ociosas, conjuntos de residências logo chamadas pelo povo de vilas. Ali, no começo, havia só casas operárias de três ou quatro dependências.” (LEMOS, 1989, p.60).

As vilas operárias continham várias casas pequenas, muito próximas com os vizinhos de parede, sem ventilação e espaços adequados para as atividades cotidianas.

Figura 05: Fachadas das casas populares da classe trabalhadora - Vila Suíça, São Paulo, 1978.



Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t2_vilas_operarias.pdf. Foto de Hugo Segawa, Acervo Sempla. Acesso em: 13 jan. 2023.

Quando não inserido nas vilas, os operários usavam de sua própria força de trabalho e de vizinhos para construir suas casas, “Esse tipo tornou-se comum em São Paulo, onde as casas de tipo popular eram construídas aos poucos, pelos proprietários, frequentemente com o auxílio dos vizinhos e amigos sob a forma de mutirão” (REIS FILHO, 1973, p.70).

Entretanto, Lemos (1989), nos aponta que quando o operário não trabalhava mais na empresa que cedeu a morada para ele, era obrigado a sair da casa.

Sem emprego, sem moradia e sem dinheiro, inicia-se a formação de comunidades periféricas às cidades, conhecidas, como favelas, comunidades, complexos, guetos, morros, dentre outros nomes, os únicos lugares que acolheram os rejeitados pelo sistema (FRANCO, 2018).

2.4. Apartamentos

Em paralelo com as casas operárias no Brasil, as características da revolução industrial, o desenvolvimento de técnicas de construção que possibilitou edifícios mais altos e com a preocupação de tornar as vias públicas mais seguras e caminháveis surge um “novo” modelo de habitação: os prédios (nos primórdios, baixos, com cerca de dois ou três andares) com atividades comerciais no pavimento térreo “Por volta de 1925 [...], a ideia de edifícios em altura vingou e proliferaram, inicialmente, os edifícios de escritórios e, depois, os mistos, caracterizados por lojas tendo em cima um ou dois andares de residências.” (LEMOS, 1989, p.79).

Tal modelo remonta a características dos sobrados, principalmente em relação à sua alocação no terreno:

Em São Paulo, na rua Martim Francisco, o edifício de apartamento mais antigo do bairro - talvez da cidade - é construído sobre o alinhamento da via pública, e suas portas lembram as dos sobrados coloniais, pela posição, ainda que as linhas gerais do prédio sejam de inspiração moderna, especialmente quando se considera a época em que foi construído. Bem mais precoce, constituindo verdadeira exceção, é o prédio situado à Av. Angélica, entre a Av. São João e a rua Brigadeiro Galvão. Sua implantação também repete a dos sobrados coloniais, sobre os limites do lote, mas a disposição dos apartamentos é uma evidente inovação para a época, [...] (REIS FILHO, 1973, p. 80)

Ademais, essa forma de morar continuava trazendo a segregação entre as classes, visto que as pessoas mais pobres tiveram grande dificuldade financeira de alugar ou comprar tais imóveis. Lemos (1989) afirma que inicialmente a classe média é que aceita melhor a implantação dos apartamentos, para depois a classe alta se tornar adepta do modelo.

Figura 06: Edifício ASA: Primeiro edifício comercial e residencial de Curitiba - construído entre 1950 e 1957, possui 22 andares, duas alas residenciais e uma ala comercial



Fonte: <http://www.circulandoporcuritiba.com.br/2020/07/minha-casa-o-edificio-asa.html>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Essa realidade só começa a ser alterada com a implantação da construção de prédios para solucionar problemas habitacionais no país como política pública no início dos anos 2000 com a ascensão de um governo com propostas voltadas para a população mais carente do país.

3. Comércio Familiar

No Capítulo 2, foram apresentadas quatro tipologias de moradias. Essas tipologias foram concebidas devido a forma de se morar em alguns momentos da história. Quando havia dificuldade de comunicação e transporte, os donos das terras e dos negócios preferiram ficar dentro dos próprios bens para acompanhar tudo de perto e exercer seu poder (casas de fazendas e sobrados). Com o avanço da Revolução Industrial e crescimento tecnológico foi possível a ruptura entre o ambiente da casa e o ambiente de trabalho (abordada a casa operária levando em consideração esse aspecto). Tendo um avanço mais significativo no campo das tecnologias de construção tem-se os prédios modernos, a estrutura do futuro que contribuiu, inicialmente, para solucionar o problema de alocação das famílias (prédios com apartamentos).

Essas formas de morar sempre estiveram ligadas à geração de capital de forma direta ou indireta. O objetivo do Capítulo 3 é mostrar como a geração de renda dessas moradas acontecia, como era gerenciada espacialmente de acordo com as mudanças sociais e quais impactos trouxeram para o cotidiano de trabalho das mulheres.

3.1. Fazendas Escravocratas

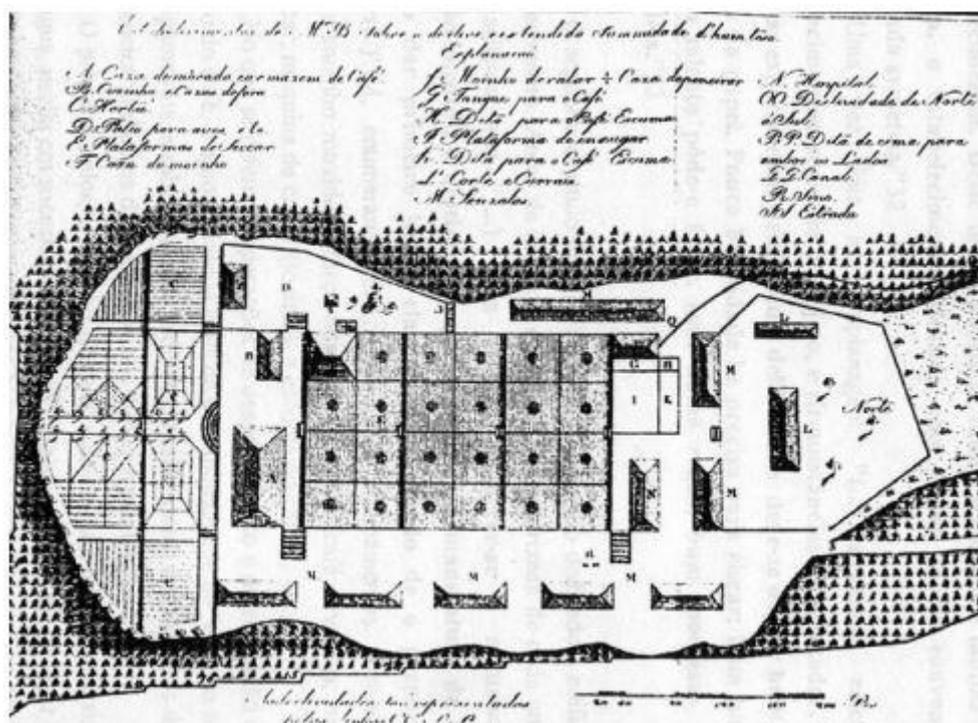
O povoamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento de moradias no Brasil iniciou-se nas terras litorâneas “Em resumo, podemos dizer que, nos primeiros séculos, nossa civilização material derivada da cultura branca limitou-se a fixar-se no litoral [...]. O grosso de nossa população era estabelecido a beira-mar.” (LEMOS, 1979, p.27-28), devido às facilidades de transporte pelo litoral e a vasta Mata Atlântica de difícil acesso. Entretanto, com a exploração do pau-brasil, a expansão dos territórios invadidos aumentou e começaram a surgir as grandes fazendas de cultivo de café, mais ao sul, e açúcar, mais ao norte, devido a adaptação das plantas em seus respectivos climas.

Com as grandes fazendas de cultivos dessas monoculturas estabeleceu-se as formações das tipologias de organização das fazendas dos senhores de engenho escravocratas do Brasil.

Segundo Carrilho (2006), de acordo com a literatura agrônômica existente na época para ensinar sobre o café, os locais (sede, construções de apoio às lavouras, senzala, lavouras, dentre outros) deveriam ser escolhidos de forma estratégica para o funcionamento adequado do cotidiano no engenho.

A escolha sempre deveria se iniciar com a análise do terreno, do solo e possíveis empecilhos para o desenvolvimento do cultivo visando a escolha da fazenda ideal. Seguindo com a importância da relação do terreno com a água, devido ao uso de energia hidráulica para girar os moinhos. A alocação da lavoura e do local de descanso e secagem do café. Distribuição do local da sede, construções de apoio às lavouras e senzalas.

Figura 07: Planta e perfil do estabelecimento de Mr. B. Em LABORIE, P. J. O Fazendeiro de Café na Ilha de S. Domingos (ao centro local para o descanso e secagem do café, aos fundos a casa sede e nas laterais encontram-se as senzalas e casas de apoio)



Fonte: CARRILHO, 2006.

Tal organização da fazenda nos apresenta a relação trabalho-lar com a geração do dinheiro que se estabelece ao lado da casa do dono de engenho no período colonial. A escolha do destino de cada construção estava diretamente ligada ao exercício do poder do proprietário da terra em relação aos seus bens e ao cotidiano a ser implementado ali. “Além do cuidado de situar as plantações, tanto quanto possíveis equidistantes, é desejável implantar a residência do proprietário de modo a garantir o domínio visual das instalações, evidenciando o propósito do controle do conjunto das atividades.” (CARRILHO, 2006, p.62)

Foram nessas fazendas e nesse contexto que nascem as “fabriquetas domiciliares” (LEMOS, 1989, p. 27) e “engenhocas tocadas pela própria família” (*Ibidem*) que apontam os primeiros passos do comércio familiar no Brasil, sob a ótica da branquitude e privilégio das famílias de posses.

3.2. Sobrados

Entendendo a estrutura de organização de um sobrado, como abordado no Capítulo 2, é possível observar objetivamente que ainda se mantém um domínio de poder visual sobre a geração do capital, assim como nas fazendas de café e de cana-de-açúcar, mas agora com a relação trabalho-lar debaixo da morada “Na esmagadora maioria, casas assobradadas. Embaixo a loja, os armazéns, os depósitos, ou então, os escritórios, no caso de gente compromissada tanto com a produção agrícola como com capitais e altas finanças.” (LEMOS, 1989, p.32).

Os sobrados continuam sendo moradas de pessoas com poder aquisitivo e considerando que o desenvolvimento tecnológico, da época, ainda não permitia o controle de suas propriedades em local geográfico diferente de onde elas estavam, os donos exerciam o poder de forma direta, próxima e autoritária.

Figura 08: Sobrado Dr. José Lourenço, século XIX - atual Centro de arte e cultura de Fortaleza (observa-se a estrutura de entrada de loja no térreo e de residência nos pavimentos superiores)



Fonte: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/7288/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

3.3. Mudanças Sociais

Lemos (1973) nos aponta que com a assinatura da Lei Áurea em 1888, a industrialização se aproximando do Brasil, as discussões feministas crescendo, imigração em massa, Grande Guerra, o comércio com outros países tomando formas mais concretas e independentes, mesmo que a passos lentíssimos, a forma de viver foi sendo alterada por mudanças no âmbito político e social.

Ou seja, as influências externas estavam afetando a cultura do país que passa por várias transformações no âmbito social.

Cada cultura tem crenças, normas e valores característicos, mas estes estão em transformação constante. A cultura pode se transformar em resposta a mudanças em seu ambiente ou por meio da interação com culturas vizinhas, mas também passa por transições decorrentes de sua própria dinâmica interna. (HARARI, 2013, p.)

As mudanças sociais moldam a forma como o capitalismo precisa agir para continuar sobrevivendo por meio de suas ferramentas. O espaço trabalho-lar se rompe, se divide fisicamente. A casa passa a ser o local de descanso e convívio familiar. Enquanto o trabalho se torna um local para ganhar o sustento, onde não necessariamente se conhece as pessoas que o cercam, como se conhecia tão bem a família nas relações de trabalho anteriormente descritas.

As pessoas passam a deixar a morada para a geração do capital. O domínio visual, a mistura entre lar e trabalho perdem a conexão devido a complexidade da nova geração de capital que passa a tomar foco na industrialização e não mais somente na exploração das matérias primas: “implantações mais complexas e soluções próprias, pondo de lado os aspectos residenciais, de caráter tradicional e os traços de adaptação” (REIS FILHO, 1973, p.86).

É importante lembrar que em esse movimento ocorre para pessoas brancas de classe média e alta, enquanto para pessoas ex-escravas, periféricas, pobres a necessidade é que as movimentou para a rua, para fora de casa para a geração de dinheiro. Ambos os lados se movimentaram, influíram mudanças, mas cada um teve um motivo definido e distinto com base na movimentação de capital no mundo.

É, portanto, impossível associar o capitalismo com qualquer forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema à sua capacidade de satisfazer necessidades humanas. Se o capitalismo foi capaz de reproduzir-se, isso se deve somente à rede de desigualdade que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de globalizar a exploração. Esse processo segue desenvolvendo-se ao longo dos últimos quinhentos anos. (FEDERICI, 2019a, p. 37-38)

3.4. Forma Atual

Com as transformações tipológicas descritas no Capítulo 2, é possível perceber a retomada também da forma de se gerar dinheiro e não somente na forma de habitar a morada.

Durante a industrialização que se precisava de mão de obra, desde o operário, até as pessoas do dito “alto escalão” dentro das fábricas para acompanhar a rotina do trabalho físico e manual, era interessante vender a ideia de sair para trabalhar. De distinguir o espaço de descanso do espaço de trabalho. O mundo capitalista globalizado vende a ideia que for conveniente para o momento. Tal cotidiano é ilustrado, através do filme *Tempos Modernos* (1936) de Charles Chaplin, que retrata a realidade dos operários de uma montadora de automóveis nos EUA, por meio da sátira às situações de trabalho da época, mas que apresenta as mesmas questões no Brasil sendo industrializado.

Com o advento da evolução tecnológica, “as novas tecnologias influíram no sentido da simplificação das operações de fabricação” (GORENDER, 1997, p.323), onde muitos problemas podem ser controlados e resolvidos por aparelhos que se comunicam instantaneamente, a comunicação se torna muito mais rápida e valiosa do que somente a presença no local. Dessa forma, passa-se a aderir a dispensa da necessidade de locomoção para um local de trabalho e se retoma a utilização da própria casa, agora sim, misturada ao ambiente de trabalho.

O home office torna-se expressão muito utilizada e de geração de conteúdo para dizer que qualquer espaço dentro do seu lar pode se transformar em um local de trabalho, seja para uma pessoa empreendedora, ou que trabalha como CLT, ou como autônoma, que presta algum tipo de serviço ou entrega algum tipo de produto.

Trabalho e lar se fundem. O controle visual do capital que está sendo gerado volta como protagonista e, conseqüentemente, se relaciona com o aumento do poder patriarcal.

Tal estrutura de geração de capital intensificou-se durante a pandemia de Covid-19, início da segunda década do século XXI, visto que a crise sanitária instaurada teve como principal medida mitigadora, além do uso de máscara e higienização das mãos, o distanciamento e isolamento social. Ou seja, o home office, que já estava sendo incentivado pelo sistema capitalista com um discurso de mais liberdade e autonomia para quem trabalha, que não necessariamente retratava a realidade, passa a ser uma realidade imposta devido à pandemia.

Essa realidade atingiu a uma grande parcela da população sem um aviso prévio ou chance de organização, principalmente muitas mulheres e mães solo que além de terem as tarefas advindas do trabalho para fazer em casa, também precisaram

cuidar de seus filhos e filhas, cuidar dos doentes da casa e realizar as atividades domésticas. Essas tarefas ocorreram dentro de um contexto que não contribuía para a saúde física e mental, pelo contrário, contribuiu para a sobrecarga mental e ansiedade.

Além disso, ao se considerar a conversa com o feminismo interseccional e abordar o recorte de classe, gênero e raça, grande parte das mulheres negras não puderam fazer isolamento social, e ainda tiveram que lidar com o medo do coronavírus constantemente ao ir para seus empregos aos quais não foram dispensadas. Fato este que culminou nos altos números de mortes de mulheres negras devido ao covid-19:

Mulheres negras morrem mais de covid-19 do que todos os outros grupos (mulheres brancas, homens brancos e negros) na base do mercado de trabalho, independentemente da ocupação, aponta pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Solidária e descrita em nota técnica lançada no último dia 20 de setembro (JORNAL DA USP, 2021)

A pandemia trouxe grandes impactos para a realidade da forma de se gerar capital não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

4. Trabalho das Mulheres no Brasil

No Capítulo 3, foi traçado um caminho que levou em consideração como era a geração de capital no âmbito das quatro tipologias apresentadas no Capítulo 2, em paralelo com a atuação de um poder autoritário dos donos dos locais em relação à forma de cuidar de seus bens materiais.

No Capítulo 4 será abordada a trajetória de trabalho invisibilizada das mulheres no Brasil.

No período colonial brasileiro as mulheres eram peças fundamentais para a construção da nova terra, porém a elas foi relegado um papel secundário ou quase invisível no meio social. O cotidiano feminino era marcado por rígido controle e a mentalidade da época era impregnada de mitos e superstições. (DA SILVA; DE CASTILHO, 2014, p. 257).

O Brasil, abordando o recorte do início da colonização até os dias atuais, apresentou três fases de trabalho das mulheres para a sustentação das moradias. Em primeiro momento, o trabalho escravo de indígenas e africanas do século XVI ao início do século XIX. Em segundo momento, o trabalho das imigrantes no século XIX após a abolição da escravatura. E por fim, sem a escravização dos corpos e o trabalho de imigrantes, o trabalho doméstico sem remuneração, ou mal remunerado, das mulheres livres entra como grande pilar de sustentação social do país.

Serão abordadas essas três fases do trabalho das mulheres para a construção do país a partir de uma análise crítica de sua invisibilização, descredibilização e não remuneração perante uma construção social misógina e machista, visto que “A História do Brasil ainda tem muito que revelar principalmente no que se refere ao cotidiano, à participação das mulheres, a relação senhor-escravo.” (DA SILVA; DE CASTILHO, 2014, p. 276). Dados os três grupos que serão apresentados, é importante ressaltar que tem-se a intenção de contar como foi o caminho histórico, quais foram as dificuldades e violências que esse grupo enfrentou até chegar ao período de trabalho livre que será aprofundado no estudo de caso do Capítulo 5.

Também é importante destacar que a pesquisa cria um diálogo nesse ponto a partir do pilar do trabalho que mulheres em situação de necessidade de dinheiro e sobrevivência precisavam e precisam exercer. A violência psicológica e a invisibilização que mulheres brancas ricas esposas e filhas de donos de terras e bens passaram ao longo desse contexto histórico é citada e abordada, mas sem

profundidade devido ao foco de abordagem dessa pesquisa e não por não considerar o tema válido de discussão e debate.

4.1. Trabalho Escravo

O trabalho forçado das indígenas e africanas nas casas brasileiras foi uma questão cultural e estrutural que levará marcas às mulheres do povo originário e do povo que construiu o país até o fim.

Enquanto a resposta à crise populacional na Europa foi a subjugação das mulheres à reprodução, na América, onde a colonização destruiu 95% da população nativa, a resposta foi o tráfico de escravos, capaz de prover à classe dominante europeia uma quantidade imensa de mão de obra (FEDERICI, 2019a, p. 206)

Posto isso, a história das indígenas escravizadas ainda passa por um apagamento muito maior que as africanas escravizadas devido ao genocídio do povo originário, que foi a primeira mão de obra de construção desse país, não documentado de forma adequada, devido a vinda da violência do capitalismo para as colônias e, conseqüentemente, para as mulheres das colônias (FEDERICI, 2019a).

Como país colonizado é importante olhar a construção da história das mulheres dessa terra sob um ótica feminista e com perspectiva interseccional assim como é apontado no artigo “Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo” escrito por Rossana Brandão Tavares e Diana Helene Ramos e pesquisado por Maria Lugones (2020):

Maria Lugones vai complexificar a análise da colonialidade, pensando a intersecção entre raça e gênero. Ela vai demonstrar que, durante a colonização, se estabelece um “sistema moderno/colonial de gênero” de dupla inferiorização racial e subordinação generificada. (TAVARES; RAMOS, 2021, p. 249 apud. LUGONES, 2020, P.67)

Mulheres indígenas

Mesmo antes da colonização já havia um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres nas terras ainda não conquistadas, mesmo que mais sutil e menos violento fisicamente:

Antes da Conquista, as mulheres americanas tinham suas próprias organizações, suas esferas de atividade eram reconhecidas socialmente e, embora não fossem iguais aos homens, eram consideradas complementares a eles quanto a sua contribuição na família e na sociedade. (FEDERICI, 2019a, p. 400-401)

Em âmbito geral, não especificamente no Brasil, Federici (2019a) aponta as funções das mulheres antes da colonização das terras americanas: “Além de serem agricultoras, donas de casa, tecelãs e produtoras dos panos coloridos utilizados tanto na vida cotidiana quanto durante as cerimônias, também eram oleiras, herboristas, curandeiras e sacerdotisas a serviço dos deuses locais.” (FEDERICI, 2019a, p. 401). Essas funções demonstram que a geração de capital com o comércio familiar nas américas sempre esteve ligado com o trabalho de mulheres sábias, inteligentes e que detinham conhecimento místico incomparável.

Mas a colonização abre margem para que o desequilíbrio entre a relação de homens e mulheres tenha uma desvantagem ainda maior. Segundo Federici (2019a) houve uma mudança na estrutura comercial, econômica e social das américas para um domínio patriarcal com a chegada dos espanhóis e suas posições machistas. Com o posicionamento de subjugação das mulheres, elas foram expropriadas de suas terras, reduzidas a propriedades de seus maridos e passaram a ser inseridas em uma cultura de servidão, retirando toda sua subjetividade, particularidade e potência.

O que se manteve de cultura indígena nas américas, mesmo com algumas modificações dado os séculos que se passaram, foi a luta das mulheres indígenas: “Foram as mulheres que defenderam de forma mais ferrenha o antigo modo de existência, e que se opuseram com mais veemência à nova estrutura de poder - provavelmente devido ao fato de serem também as mais afetadas.” (FEDERICI, 2019a, p. 400). Com isso, também se “converteram nas principais inimigas do domínio colonial [...]” (FEDERICI, 2019a, p. 402) e sofreram diversas violências como estupros, abusos, caça, trabalhos forçados nas terras coloniais.

Figura 09: “Índios soldados da província de Curitiba escoltando prisioneiros nativos”, tela de Jean-Baptiste Debret



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Esclavid%C3%A3o_ind%C3%ADgena_no_Brasil. Acesso em: 13

jan. 2023.

Abrindo a discussão para o Brasil Colônia, com os portugueses se estabelecendo e dominando o território houve grande choque de cultura entre os povos originários e os colonizadores:

O cotidiano indígena era muito primitivo para ser aceito pela Igreja e pelo Estado Português. O casamento, sacramento sagrado instituído por Deus não poderia dar-se de qualquer maneira e entre parentes, como os nativos faziam. Nem mesmo poderia desfazer-se de maneira tão fria, principalmente quando uma mulher rejeitava seu marido e unia-se a outro homem. Certamente, era necessária uma intervenção nos costumes e as mulheres indígenas precisavam ser adestradas, seu comportamento precisava ser modelado de acordo com a moral e os bons costumes, no caso é claro dos europeus. (DA SILVA; DE CASTILHO, 2014, P.267)

As mulheres indígenas eram vistas como animais, como corpos que precisavam ser domesticados, controlados.

Nesse período também houve uma nítida preocupação com o controle reprodutivo dessas mulheres e uma falta de entendimento que eram livres para se relacionarem da forma que julgassem melhor para elas e de acordo com seus princípios e crenças. Esse se torna o primeiro ponto de controle dos colonizadores através da instituição Igreja para ter domínio do povo indígena e, principalmente, das mulheres indígenas.

Quando Silvia Federici (2019a) menciona as violências e abusos sofridas por indígenas em terras americanas, no Brasil, essa realidade não se torna diferente: “No período colonial ocorria, não raras vezes, o estupro de índias pelos viajantes e colonos.” (DA SILVA; DE CASTILHO, 2014, p. 266). O povo brasileiro é conhecido por possuir alto grau de miscigenação, mas um encontro de raças concebido por tais violências só demonstra um país marcado por crimes de invasão ao corpo de mulheres indígenas.

Mulheres Africanas

A funcionalidade das casas de fazendas escravocratas e dos sobrados brasileiros não seria viável se não fosse pela escravização de indígenas e africanas. Aqui não se exclui todo o trabalho e tortura pelo qual os homens passaram do decorrer desse tempo, essa questão será constantemente relatada em paralelo, mas o foco, nesta pesquisa, é trazer luz à história apagada das mulheres que sofreram, foram abusadas e invisibilizadas na passagem historiográfica do trabalho no Brasil.

O processo de escravidão trouxe muitas pessoas africanas à força para o país e gerou o acúmulo de muita riqueza na Europa:

Em 1600, o Brasil, sozinho, exportava o dobro de valor em açúcar que toda a lã exportada pela Inglaterra no mesmo ano. A taxa de acumulação das

plantações de cana brasileiras era tão alta que, a cada dois anos, as fazendas duplicavam sua capacidade. A prata e o ouro também tiveram um papel fundamental na solução da crise capitalista. O ouro importado do Brasil reativou o comércio e a indústria na Europa. Eram importadas mais de 17.000 toneladas em 1640, que davam à classe capitalista uma vantagem excepcional quanto ao acesso a trabalhadores, mercadorias e terras. Contudo a verdadeira riqueza era o trabalho acumulado por meio do tráfico de escravos, que tornou possível um modo de produção que não poderia ser imposto na Europa. (FEDERICI, 2019, p. 206-207)

Com a chegada dos escravos no Brasil, por volta do século XVI para o XVII, a mulher negra e escrava ocupou parte desse cenário. Os africanos eram trazidos ao Brasil em navios para tornarem-se escravos em fazendas, nas cidades e, posteriormente, com a descoberta de ouro, eram utilizados na exploração das minas. (DA SILVA; DE CASTILHO, 2014, p. 267)

É comum encontrar inventários que apontavam que, em uma única fazenda, podiam ser encontrados “Cinquenta, cem, cento e cinquenta escravos [...]” (CARRILHO, 2006, p. 59-60) para realizar as mais diversas atividades “[...] a maioria para o serviço da lavoura, mas também para a atividade doméstica e para os ofícios de ferreiro, moleiro, cavouqueiro, pedreiro e tantos outros” (CARRILHO, 2006, p. 60).

Enquanto nas áreas urbanas, mesmo com quantidade de pessoas escravas reduzidas a estrutura se punha a mesma, “a produção e o uso da arquitetura e dos núcleos urbanos coloniais baseavam-se no trabalho escravo” (REIS FILHO, 1973, p. 21).

Em relação aos trabalhos domésticos dentro das casas, os homens realizavam as tarefas de cargas e de contato com o mundo exterior, enquanto as mulheres africanas escravizadas foram direcionadas aos trabalhos de cuidado das famílias escravocratas e de limpeza.

Figura 10: Pintura Mãe-Preta (autoria de Lucilio de Albuquerque de 1912): escrava negra dando de mamar a criança branca enquanto olha piedosamente para seu filho desejoso do seu leite materno.



Fonte:

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/robson%20roberto%20da%20silva.pdf>.

Acesso em: 13 jan. 2023.

Ademais, “As mulheres trabalhavam principalmente na cozinha na Casa Grande e recebiam o mesmo tratamento severo que os homens. Nem mesmo quando estavam grávidas ou amamentando eram poupadas ou tinham o ritmo de trabalho diminuído.” (DA SILVA; DE CASTILHO, 2014, p. 267):

Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto, é porque o negro está ausente. Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo - desde negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador. (COSTA, 2007, p. 174)

onde “[...] as negrinhas do serviço doméstico dormiam nas dispensas e até mesmo nas próprias cozinhas [...]” (LEMOS, 1973, p. 126), ademais,

O uso dos edifícios também estava baseado na presença e mesmo na abundância da mão-de-obra. Para tudo servia o escravo. É sempre a sua presença que resolve os problemas de bilhas d’água, dos barris de esgoto (os “tigres”) ou do lixo, especialmente nos sobrados mais altos [...]. (REIS FILHO, 1973, p. 26)

E mesmo quando alforriadas e trabalhando para famílias que passam a morar nos mais novos empreendimentos brasileiros: os prédios de apartamentos, as mulheres negras africanas ou descendentes de, ainda trabalhavam, em um sistema análogo à escravidão, na cozinha, assim como no período colonial:

[...] as demais famílias tiveram que suportar a negra alforriada, [...] pernóstica muitas vezes, porque trabalhava zelando pela “liberdade” ganha depois de muito discurso abolicionista - trabalhava ostentando seus “direitos”, mal sabendo que continuava numa escravidão disfarçada, enquanto a ignorância lhe garantisse unicamente o caminho da cozinha, ou melhor, a “passagem de serviço” da casa burguesa. (LEMOS, 1973, p. 157)

Como descrito por Lemos (1979) e citado no Capítulo 2, os sobrados magros, por exemplo, não teriam viabilidade de funcionamento se não fosse o trabalho braçal das pessoas escravizadas. A cozinha se localizava no quinto andar, onde se concentravam as mulheres escravizadas domésticas, não havia sistema de encanamento e nem elétrico. Todas as tarefas para manter a funcionalidade cotidiana desse sobrado envolvia dezenas de pessoas escravizadas.

Porém, essa realidade inicia seus processos de mudança que “vão beneficiar os imigrantes europeus e muito pouco os mulatos e negros libertos” (LEMOS, 1973, p.129), com o incentivo da vinda dos imigrantes para o Brasil, como será relatado no próximo tópico desse capítulo.

4.2. Trabalho Imigrante

De acordo com Juliana Bezerra, professora de História, especialista em Relações Internacionais e mestre em História da América Latina e União Europeia, a imigração em massa no Brasil teve seu início em 1850, “O século XIX foi o tempo dos imigrantes” (LEMOS, 1989, p. 53), e teve características preconceituosas em relação a tentativa de branqueamento da população através das pessoas imigrantes em detrimento das pessoas negras recém libertas.

Segundo Bezerra (2022), as principais nações de imigrantes que vieram para o Brasil quando os portos foram abertos foram: suíços, alemães, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, sírios, libaneses, armênios, turcos, húngaros, gregos, ingleses, americanos, poloneses, búlgaros, tchecos, ucranianos e russos. Todos receberam promessas de terras, um novo local para recomeçar a vida em um país abundante em riquezas naturais. Entretanto, muitos foram enganados e viveram um esquema análogo à “servidão feudalista”, Federici (2019a), nas terras tupiniquins.

Havia duas formas em que essas promessas se consolidaram através das parcerias ou dos colonatos. Nas parcerias, mais ocorridas na região central, as despesas até os imigrantes chegarem às terras eram pagas pelos donos das próprias e, com isso, a dívida já estava posta assim que embarcavam para o Brasil. Com juros exorbitantes, não podiam sair das terras antes de quitar suas dívidas. Em contrapartida, mais ao sul, com o objetivo de proteção das terras, havia o sistema de colonato em que as famílias não adquiriram dívidas, mas sim ganharam o usufruto da terra, desde que cuidassem do terreno, Bezerra (2022). O início da imigração já possuía traços de segregação de classes escancarados.

A chegada dos imigrantes ao país vem acompanhada de um sentimento de sofisticação, status, progresso e com o impacto de mudanças de organização das cidades, da vida cotidiana e vínculos de trabalho:

Foi sob a inspiração do ecletismo e com o apoio dos hábitos diferenciados das massas imigradas, que apareceram as primeiras residências urbanas com nova implantação, rompendo com as tradições e exigindo modificações nos tipos de lotes e construções. As formas de uso já não estavam mais tão largamente apoiadas no sistema servil. A presença de instalações hidráulicas, ainda que primárias, tornava desnecessária uma parcela dos serviços braçais, até então indispensável. Nos centros mais adiantados - sobretudo no Rio de Janeiro, por influência da vida da corte - verificava-se mesmo um crescente desprestígio dos hábitos tradicionais e uma valorização de novos costumes. A concretização desses estava na dependência da existência de empregados domésticos de outro tipo, geralmente europeus, trabalhadores remunerados, capazes de prestação de serviços com maior refinamento. (REIS FILHO, 1973, p.44)

Mulheres Imigrantes

As mulheres imigrantes chegam ao Brasil, majoritariamente, acompanhando suas famílias em busca de uma vida melhor. Parte dessas mulheres vão para o trabalho no campo.

Figura 11: Imigrantes na colheita do café



Fonte: <https://ihggcampinas.org/2019/08/23/a-vida-na-italia-e-os-venetos-em-sao-paulo/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

Enquanto outra parte das mulheres imigrantes que chegam ao Brasil vão trabalhar como empregadas domésticas nas casas de pessoas brancas, mais especificamente, como governantas. Vale ressaltar que mulheres negras recém libertas já trabalhavam aqui como domésticas, mas havia uma distinção de tratamento entre elas:

A acomodação da criadagem também representou problemas naquela época em que era chique ter empregadas brancas, preferivelmente estrangeiras, para não só servirem de preceptoras dos filhos como para executarem toda ordem de trabalho doméstico. Essas serviçais infalivelmente dormiam nos porões, nas mansardas que os novos estilos proporcionaram ou em quartos feitos ao lado da cozinha. As famílias remediadas, sem muitos luxos no arranjo da casa ainda recorriam à mão-de-obra crioula, acomodando-a no quintal, ao lado das galinhas e cachorros. (LEMOS, 1989, p. 52)

As mulheres imigrantes, mesmo tratadas como serviçais, tinham uma posição de status, mais respeitada que as mulheres negras, “Vieram as primeiras governantas estrangeiras. Requistaram-se as maneiras.” (LEMOS, 1973, p.118). As famílias com mais dinheiro preferiam empregadas brancas estrangeiras para trabalharem em

suas casas e cuidar de seus filhos. Enquanto famílias com dinheiro para pagar empregadas, mas nem tanto para ser uma estrangeira, contratavam mulheres negras e as deixava ao relento. A questão da distinção entre classes e raças sempre esteve presente no contexto de formação do Brasil.

Lemos (1973), ao falar sobre as copas que foram criadas nas casas nobres por volta do início do século XX, nos traz um retrato de como funcionava a dinâmica do cotidiano das famílias com as empregadas imigrantes e cita funções que elas exerciam:

Enquanto na casa da Avenida Paulista a copa era o lugar da “copeira” lavar os utensílios da mesa de refeições, o lugar da pajem alemã preparar a papinha do infante recém-nascido, o lugar da austera senhora elaborar o seu doce requintado e era, também, a área isoladora entre a família e a cozinha, na casa modesta a copa também serviu de local de refeições. (LEMOS, 1973, p.154)

Mas essa distinção de tratamento não significa uma configuração de trabalho mais respeitosa e humana para com as mulheres imigrantes visto que o poder continua na mão dos homens e “onde há poder, ele se exerce” (FOUCAULT, 2019, p. 138) e só passou por uma transformação de como será exercido.

Essas mulheres passam a ser consideradas “amigas”:

[...] algumas famílias ricas da nossa república nascente, servida pela criadagem branca de outros países e por gente da terra educada *intra-muros*, em sucessivas gerações, fato que naturalmente fez nascer laços de amizade sincera entre escravos do serviço doméstico e patrões [...] (LEMOS, 1973, p. 157)

Ou mesmo integrantes das famílias com aposentos dentro das próprias casas das pessoas que as contratavam:

Nas moradias abastadas, os arquitetos, principalmente os estrangeiros, projetavam quartos de criadas dentro de casa, com comunicação interna, como se elas fossem, na verdade, agregadas à família e não simples serviçais de convívio muito limitado, e para alguns até desagradável. É que as famílias ricas tinham já empregadas de fora, sempre brancas. (LEMOS, 1973, p.144)

Ou seja, ao fazer essa aproximação com as famílias, fornecendo um quarto dentro de casa que parece uma gentileza, tendo traços de relacionamentos afetivos, a linha entre o profissional e o pessoal se quebra. É nesse ponto, que vem a sobrecarga, pois não se separa mais o que faz parte de um trabalho remunerado do que se trata de uma tarefa que não faz parte de seus trabalhos empregatícios, “a impossibilidade de enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos.” (FEDERICI, 2019b, p. 50)

Levando em consideração o lado racial, é importante ressaltar que, onde a violência física que ocorria com escravas e continuou ocorrendo com as domésticas negras, não ocorre mais com as imigrantes. Porém a violência psicológica, a sobrecarga e o desrespeito com a mulher continua acontecendo, só que de uma forma maquiada, nesse caso, através de uma síndrome de estocolmo. Dessa forma, o abuso sutil de poder do patriarcado continua presente na história das mulheres.

No próximo tópico é discutido a relação com o trabalho doméstico não remunerado e com baixa remuneração das mulheres onde será apontada mais sutilezas desses abusos.

4.3. Trabalho Doméstico

Sem trabalho escravo, vem o trabalho doméstico não remunerado das mulheres em paralelo com trabalho doméstico mal remunerado e, por muitas vezes, nem mesmo registrado na carteira de trabalho das empregadas (MATOS, 1995).

As ex escravas, imigrantes pobres, migrantes do êxodo rural, após a abolição (no final do século XIX), continuaram com os trabalhos domésticos, de cuidado e afetivo em troca de sua sobrevivência, “era de exclusiva alçada feminina o cuidado e a amamentação de crianças, a lavagem, a costura e o engomado das roupas, a feitura de doces para o pequeno comércio.” (TELLES, 2012, p. 49).

E para as famílias de classe média que não poderiam arcar com os custos de uma empregada livre, restou as tarefas domésticas para as próprias mulheres da famílias, que por inúmeras vezes sentiram vergonha de estar no espaço de serviço onde antes ficavam as suas criadas (REIS FILHO, 1973).

Essa realidade foi respaldada com o crescimento do patriarcado e o desenvolvimento do capitalismo:

O governo do lar se tornou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte da produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo - embora apenas para a proletária - o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, é isso que acontece à mulher em todos os setores profissionais, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (ENGELS, 1984, p. 80)

As mulheres livres entraram em uma espiral de subserviência aos homens (MATOS, 1995) e, conseqüentemente, ao capitalismo (FEDERICI, 2019a). De qualquer forma houve domínio e retirada de sua subjetividade.

Infere-se que o trabalho doméstico não se aplica somente à mulher brasileira e a seguir aponta-se um viés de reconhecimento de tal trabalho que ganha força no mundo.

4.3.1. Salário para Domésticas: Wage for Homeworkers

Nos primeiros anos da década de 1970, em Pádua, na Itália, mulheres da Inglaterra, França, Itália e Estados Unidos se unem no International Feminist Collective (Coletivo Feminista Internacional) com um objetivo claro:

[...] provocar um processo de mobilização feminista internacional que forçaria o Estado a reconhecer o trabalho doméstico como um trabalho — ou seja, uma atividade que deve ser remunerada, pois contribui para a produção da força de trabalho e produz capital, favorecendo a realização de qualquer outra forma de produção. (FEDERICI, 2019b, p. 26)

O movimento ficou conhecido como Wage for Houseworkers, sigla WfH, (Salário para Domésticas) e foi se espalhando pelo globo em busca de apoio, conscientização e busca pela valorização monetária do trabalho realizado, majoritariamente, por mulheres em âmbito doméstico.

O WfH trata-se de uma movimentação política forte e com “uma perspectiva revolucionária” (FEDERICI, 2019b, p. 26) de dar um fim ao senso comum de que o trabalho doméstico não é, de fato, um trabalho. Ao apresentar a reivindicação de que o cuidado psicológico e físico de outras pessoas, atividades de limpeza, organização, abuso psicológico, supressão da subjetividade e invisibilização das mulheres não se trata de uma dívida feminina, mas sim a uma construção opressora de gênero.

O movimento afirma e reitera a responsabilidade do Estado, “Além disso, reivindicamos que esses salários fossem pagos não pelos maridos, mas pelo Estado, como representante do capital coletivo — o verdadeiro “Homem” que se beneficia do trabalho doméstico.” (FEDERICI, 2019b, p. 27), para com esses corpos que seguem sendo abusados e explorados pelo capitalismo, visto que entende que ao não se ter disponível nem o início da possibilidade de uma independência financeira, as mulheres continuaram nesse ciclo de violência que não é encaminhado por um homem, mas sim por uma estrutura coletiva e social a qual diz respeito ao Estado.

Silvia Federici (2019b) tornou-se uma grande defensora e apoiadora do movimento como pode ser visto em seu livro “O ponto Zero da Revolução”, 2019, assim como outras feministas marxistas.

O WfH iniciou-se com uma perspectiva ocidental de mulheres brancas como fica implícito em trecho da entrevista de Silvia Federici à Universa, plataforma da UOL:

“Nos anos 1970, quando lançamos a campanha "Wages For Housework", a questão principal das mulheres era a autonomia. A reivindicação era para que pudéssemos sair de casa para trabalhar. Mas nós dizíamos: 'A gente já trabalha'. Era uma batalha tornar visível a atividade doméstica, que não é só cozinhar ou cuidar das crianças, mas produzir força de trabalho.” (Silvia Federici para Camila Brandalise, 2021)

Dessa forma, entende-se a problemática da falta de inclusão desde o início de mulheres negras na pauta e como isso afasta um grupo de mulheres extremamente ligadas ao que é reivindicado, visto que, historicamente comprovado, as mulheres negras sempre trabalharam dentro e fora de suas casas partindo do trabalho escravo (BERTH, 2019).

5. Estudo de Caso

No Capítulo 4 foi apresentado o percurso da construção do trabalho da mulher no Brasil e ressaltado um movimento mundial que leva em consideração uma forma de reconhecimento desse trabalho doméstico e afetivo.

Com base no estudo teórico apresentado até o momento, o Capítulo 5 traz um estudo de caso referente ao trabalho doméstico no Brasil com o intuito de orientar o desenvolvimento do trabalho prático em TCC II.

O estudo de caso é referente a cidade de São Paulo em relação as formas de trabalho doméstico, com o recorte de gênero, durante o período de transição do fim da escravidão e início do trabalho livre na cidade. A historiografia dos trabalhos domésticos e as condições existentes para a sobrevivência dessas mulheres em São Paulo foi estudada, principalmente, por mulheres que entenderam que essa parte da história, olhada com um recorte de gênero e racial, estava sendo perdida e apagada. Dessa forma e com base em duas autoras principais será apresentada essa vivência com base na tese de doutorado “Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão”, de 2011, de Lorena Feres da Silva Telles e nos artigos “Porta adentro: criados de servir em São Paulo, 1890-1930”, de 1994, e “Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890- 1930)”, de 1995, de Maria Izilda Santos de Matos. Suas pesquisas envolveram consultas em jornais, livros de registros, contratos de trabalho, decretos, registros policiais, dentre outros materiais documentais.

Nesse estudo há um enfoque de análise nas condições de trabalho, na diferença entre os trabalhos atribuídos ao gênero masculino e ao gênero feminino e como o trabalho das mulheres vem acompanhado de opressão e violência de gênero no período escravocrata e no período de abolição (com o dito “trabalho livre”).

5.1. São Paulo: Histórico da Cidade

No planalto de Piratininga foi realizada uma missa, em 25 de janeiro de 1554, pelos padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega no Pateo do Collegio pela Companhia de Jesus. Os religiosos chegaram ao local com o intuito de se estabelecerem em uma região segura e tranquila para a realização do processo de

catequização dos indígenas brasileiros (CIDADES IBGE, 2022a; CIDADE DE SÃO PAULO, 2022).

Figura 12 - Pateo do Collegio pela Companhia de Jesus



Fonte: Acervo Museu Paulista da USP.

Além disso, o local se tornou um ponto importante para as expedições dos bandeirantes para as regiões do interior do Brasil:

Piratininga demorou 157 anos para se tornar uma cidade chamada São Paulo, decisão ratificada pelo rei de Portugal. Nessa época, São Paulo ainda era o ponto de partida das bandeiras, expedições que cortavam o interior do Brasil. Tinham como objetivos a busca de minerais preciosos e o aprisionamento de índios para trabalhar como escravos nas minas e lavouras. (CIDADES IBGE, 2022)

A cidade de São Paulo só recebe o nome e a categoria de cidade quando “D. João V, através de uma Carta Régia, eleva a Vila de São Paulo de Piratininga à categoria de cidade, em 11 de julho de 1711.” (CIDADE DE SÃO PAULO, 2022).

No século XIX e início do século XX, o que girava a economia do país era a produção de açúcar, que atingiria o seu auge cerca de 4 décadas depois de São Paulo virar uma cidade reconhecida pela corte, além da extração de ouro e minérios e a produção cafeeira, todas desenvolvidas por meio de trabalho escravo.

5.2. Transição: do Trabalho Escravo para o Trabalho de Mulheres Livres

Mas com a abolição da escravidão em 18 de maio de 1888 no Brasil, seria necessária uma remodelação da forma de trabalho no Brasil inteiro (MATOS, 1994; TELLES, 2011). O foco atribuído para esse estudo de caso será como ocorreu a transição dessa forma de trabalho na cidade de São Paulo com ressaltos para o trabalho doméstico com recorte de gênero.

A urbanização incipiente da cidade de São Paulo, a partir do último quartel do século XVIII até as vésperas da Abolição, envolvia uma população majoritariamente feminina e, no entanto, poucas mulheres aparecem nas histórias da cidade (TELLES, 2011 apud DIAS, 1983, p. 10)

Quando a escravidão foi abolida, ao final do século XIX, São Paulo estava com uma alta de sua produção cafeeira e necessitava de muita mão de obra. A solução encontrada pela república foi o incentivo à vinda de imigrantes para o território.

Mas apenas se tornaria um importante centro econômico com a expansão da cafeicultura no final do século XIX. Imigrantes chegaram dos quatro cantos do mundo para trabalhar nas lavouras e, mais tarde, no crescente parque industrial da cidade. Mais da metade dos habitantes da cidade, em meados da década de 1890, era formada por imigrantes. (CIDADE DE SÃO PAULO, 2022)

Mas dos 47.697 habitantes de São Paulo em 1886 (DINIZ, 2012, p. 81; TELLES, 2011, p. 46) havia toda uma população que havia sido escravizada até então,

Em 1886, ano em que se proibia por lei a pena do açoite e o governo fundava a Sociedade Promotora da Imigração, o censo enumerava na Capital uma população de percurso social diverso: 268 escravas e 225 escravos, 205 africanos, 12.290 imigrantes, 10.275 negros livres, 36.334 brancos, sendo que 53% dentre os 47.697 habitantes eram mulheres. A desorganização do trabalho nas fazendas e os avanços da política emancipacionista conduziam, na década de 1880, libertas às camadas de mulheres descapitalizadas da cidade. (TELLES, 2011, p. 46)

Essas pessoas não receberam auxílio da república e precisavam trabalhar para sobreviver. Dentre essa população encontravam-se as mulheres ex escravas. Em conjunto com elas encontravam-se as mulheres pobres, migrantes e imigrantes (MATOS, 1994).

Para as libertas e descendentes, migrantes ou nascidas na Capital, que deixavam o cativeiro e as cidades de origem sem posses, os serviços domésticos, a faina diária e a dependência dos patrões e seus salários míseros constituíram a forma de sobrevivência possível num mercado de trabalho pouco generoso. O ingresso crescente de estrangeiros, a expansão da cidade e seus serviços, somados ao decréscimo da população escrava, aumentavam a demanda por serviços urbanos e domésticos em geral. (TELLES, 2011, p. 47)

Dessa forma, mesmo com a existência dos trabalhos ditos livres e com a abolição da escravidão, as mulheres pobres em São Paulo continuaram com as tarefas domésticas em âmbito urbano ou nas fazendas com uma remuneração baixíssima e em condições análogas à escravidão.

Não havia grandes possibilidades de crescimento econômico para elas durante esse período de transição. Telles (2011) aponta que nos registros de 1887, dentro de um espectro de 831 homens ricos da cidade,

...apenas 47 mulheres estabeleciam-se por conta própria: 1 capitalista e proprietária, 6 proprietárias, 1 parteira, 1 professora, 1 negociante de metais preciosos, 9 lojistas de vestimentas, 1 lojista de material para escritório, 1 lojista de instrumentos musicais e sementes, 18 comerciantes de secos e molhados, 1 alfaiate e tintureira, 7 modistas e costureiras. (TELLES, 2011, p. 46 apud CAMPOS, 2004, p. 24)

A realidade foi a rejeição das mulheres pobres para trabalhos de cuidado e domésticos como é apontado no livro de Inscrições de Empregados de 1886:

Tabela 01 - Total de Inscritos - Ocupação por sexo e naturalidade

	Mulheres		Homens		Total
	Brasileiras	Estrangeiras	Brasileiros	Estrangeiros	
Ama de leite	5	5	-	-	10
Ama-seca	22	7	-	-	29
Carroceiro	-	-	1	1	2
Chacreiro	-	-	6	18**	24
Cocheiro	-	-	13	16	29
Copeiro/a	17	4	34	31	86
Costureira	3	1	-	-	4
Cozinheira/o	327	59*	47	16	449
Criada/o	17	5	19	31	72
Doceira	1	-	-	-	1
Engomadeira	20	6	-	-	26
Ferrador	-	-	-	4	4
Guarda-portão	-	-	1	-	1
Guarda-roupa	-	-	-	1	1

Hortelão	-	-	3	9	12
Jardineiro	-	-	7	46	53
Lavadeira	26	5	-	-	31
Padeiro	-	-	-	1	1
Pajem de criança	2	4	-	-	6
Porteiro de Hotel	-	-	-	1	1
Quitandeira/o	1	-	2	2	5
Serviço doméstico	48	41	13	19**	121
Serviço de Hotel	-	-	1	-	1
Trabalhador	-	-	8	24	32
TOTAL	489 - 49%	137 - 14%	155 - 15%	220 - 22%	1001

* 24 africanas ** 1 africano

Fonte: Livro de Inscrição de Empregados. AESP, 1886

É possível observar na tabela que muitas das funções que já seriam automaticamente atribuídas às mulheres já foram redigidas no feminino como lavadeira, doceira, engomadeira, enquanto as funções atribuídas aos homens eram escritas no masculino, trabalhador, porteiro e cocheiro, por exemplo. A maioria dos serviços internos e de afeto, ficavam destinados para mulheres.

Mesmo com registro e inscritas no livro de empregadas, as mulheres poderiam ser demitidas a qualquer momento e sem justificativas, por muitas vezes não receberam seus salários e foram dispensadas tendo que aceitar qualquer emprego que aparecesse para poderem sobreviver em São Paulo (MATOS, 1995; TELLES, 2011).

Tais empregos possuíam salários baixíssimos “Dia 19 de agosto, Rita estaria novamente empregada, agora na residência de Nuno Luiz Belgardes: ‘entrou para meu serviço, [...], a proprietária da presente caderneta [...] contractada por 20 mil, a contar desta data pelo tempo que nos convier” (TELLES, 2011, p. 51), assim como é possível observar em uma anotação de pagamento mensal extraída da dissertação de mestrado “OLHARES SOBRE A CIDADE: Termos do bem viver, Vadiagem e Polícia nas ruas de São Paulo (1870-1890)” de Mônica Diniz, de 2012:

Analisando o cronista Jorge Americano em suas observações da cidade, encontramos relatos a respeito de alguns valores para a prestação de serviços e alimentos. Consideraremos os valores a grosso modo, uma vez

que o cronista pertencia a uma camada social abastada e vivia em uma região mais privilegiada na São Paulo daquele tempo. (DINIZ, 2012, p. 46)

Figura 13 - Anotação de pagamento mensal do paulista Jorge Americano

<i>Pagamentos Mensais - Orçamento</i>	
1) <i>Cozinheira e Copeira (cada uma)</i>	40\$000
2) <i>Lavadeira</i>	24\$000
3) <i>Compras no mercado (um mês)</i>	100\$000
4) <i>Açougue e frango</i>	100\$000
5) <i>Água, luz e gás</i>	45\$000
6) <i>Padeiro</i>	15\$000
7) <i>Aluguel da casa</i>	300\$000
8) <i>Professor de piano</i>	30\$000

Fonte: DINIZ, 2012, p. 46

É necessário lembrar que ao final do século XIX e início do século XX, em São Paulo, foram criados códigos, leis e decretos com a justificativa de manter a ordem pública e organizar as cidades. Mas que, na verdade, serviram para controlar e prender a população pobre, negra e periférica, visto que as multas eram altíssimas e esses códigos eram bem específicos para a não manutenção das formas de sobrevivência dessas minorias.

Diniz (2012) nos destaca o Termo do Bem Viver, que existia desde 1841, que compunha os Autos Crimes de São Paulo e foi utilizado, no final do período Imperial, como ferramenta de perseguição, amedrontamento e punição para com os recém ex escravos e pessoas pobres.

Os Termos do bem viver eram relacionados à conduta social e deviam ser assinados por qualquer pessoa acusada de “ação que perturbasse a tranquilidade pública”. Sujeitos que apresentavam certas condutas fora dos padrões definidos pelas autoridades eram levados à delegacia e obrigados a assinar o documento. Eram consideradas condutas impróprias vadiagem, embriaguez, prostituição, mendicância, desordem, entre outros. Este mecanismo era, segundo as autoridades, uma forma de prevenir o crime, uma vez que o sujeito considerado infrator, não ficava preso de imediato. Assim, a pessoa que assinava o termo de bem viver não era qualificada de início como criminosa, mas poderia ser processada criminalmente na hipótese de desvio da conduta ali prescrita. (DINIZ, 2012, p. 1)

Além disso, qualquer pessoa que não conseguisse comprovar vínculos empregatícios teria mais chance de ser incriminada (DINIZ, 2012; TELLES, 2011).

As atividades mencionadas como “condutas impróprias vadiagem, embriaguez, prostituição, mendicância, desordem, entre outros.” (DINIZ, 2012, p. 1) não eram atividades ligadas à elite do país naquele momento, mas sim atividades que eram claramente ligadas às pessoas pobres que não conseguiram emprego fixo, doentes, pessoas com deficiência, mulheres que encontraram na venda de seu corpo e companhia uma forma de sobrevivência, pessoas que não tinham como pagar valores altos em aluguéis devido ao seu baixo salário, crianças órfãs abandonadas, migrantes do êxodo rural, etc. Não se criaram políticas para a proteção, acolhimento e direcionamento dessa parcela da população, nesse período de transição.

Percebemos que o crescimento demográfico atrelado às novas condições da cidade começa a preocupar as autoridades policiais. Uma grande quantidade de processos de Termo de Bem Viver era produzida por volta desse período em São Paulo em concomitância com uma série de leis, decretos e códigos de posturas da cidade. A transformação urbana pela qual a cidade passava atraía um contingente de trabalhadores pobres estimulando a migração de habitantes de outras províncias e também estrangeiros, o que gerou um crescimento demográfico, sobretudo, em alguns distritos como Sé, Santa Ifigênia, Consolação e Brás. (DINIZ, 2012, p. 14)

Além do Termo do Bem Viver, também existiu o Código de Posturas da Cidade e Leis que foi constituído para “determinar construções de casas, ruas, espaços para os cortiços, comércio e o próprio trabalho. A grande preocupação dos Códigos de Posturas, além de redesenhar as ruas, foi eliminar formas de ocupação consideradas impróprias.” (DINIZ, 2012, p. 45). Ou seja, havia a intenção de se criar uma realidade não existente, de eliminar a nova população que chegava à cidade, de esconder ou prender as pessoas pobres e minorias na cidade de São Paulo que iniciava seu momento de crescimento e expansão industrial.

Os casebres e cortiços eram os principais alvos e, para além deles, os habitantes destes locais. Se a cidade que se queria moderna crescia, era preciso banir das vistas as condutas irregulares e posturas impróprias. Os bêbados, as prostitutas e os vadios frequentavam os locais policiados pelo poder público e eram alvo sistematicamente de prisões. (DINIZ, 2012, p. 45)

Com toda a construção de um ambiente hostil para as minorias nesse período de transição, do final do século XIX e início do século XX, onde as políticas públicas existiam para oprimir uma grande parte da população excluída socialmente, entre essa parcela estavam as mulheres que trabalhavam de forma precária como domésticas e recebiam salários baixos. O que poderia inferir que aconteceria, de fato aconteceu: muitas prisões de mulheres pobres, negras, migrantes e imigrantes como nos exemplos a seguir:

Benedicta de Paula tinha dezessete anos e era solteira, chegava de Mogi das Cruzes, residia na Mooca e era empregada de serviços gerais. Na sua

defesa, a acusada respondeu que não tinha o vício de beber, mas que acabou sendo presa porque estava com uma de suas companheiras de quarto que bebia. Acabou bebendo junto e ficando embriagada, foi pega pelos policiais. Como a ré já havia assinado o Termo, neste distrito, e agora se encontrava em reincidência, foi recolhida à Cadeia e levada para cumprir pena de três meses de Casa de Correção com trabalho e também a pagar a multa de trinta mil réis. (DINIZ, 2012, p. 59-60)

Em 25 de setembro de 1889, instaurava-se contra Maria do Rozário o “auto pelo qual se verifica que a mesma infringia o termo de bem viver assinado”. Moradora do Bexiga, natural de Porto Alegre, 50 anos mais ou menos, viúva, não sabendo ler e escrever, a lavadeira não cala: “é verdade que costuma beber demais e passear pelas ruas e então os urbanos encontrando-a embriagada conduzem-na presa, mas que não é vagabunda pois vive de lavagem de roupa”. As testemunhas, responsáveis pela prisão, insistem que ela “continua como vagabunda e embriagada”, e por esse motivo, uma delas afirma que “por diversas vezes tem conduzido a acusada presa”... (TELLES, 2011, p. 166 apud AESP- Autos Crimes, Rolo 145 Ref. 2464, 1890)

Vamos considerar, então, o caso de uma lavadeira ou cozinheira, como Maria do Rosário ou Maria Antônia de Castro, que foram presas, e após cumprir a pena, deveriam pagar a multa de 30 mil reis. O valor da multa era bem alto, caso considerarmos que mulheres que estivessem empregadas regularmente, ganhariam possivelmente entre 20\$000 e 40\$000. O que concluímos é que as multas impostas pelo poder municipal e os valores possíveis das ocupações citadas não demonstram alternativas para superar a pobreza. (DINIZ, 2012, p. 47)

O que foi criado e incentivado no período de transição foi uma política de punição que se reflete até os dias atuais com superlotação em penitenciárias e nenhum tipo de reeducação para a recolocação dessas pessoas na sociedade civil após serem liberados (FRANCO, 2018), principalmente em relação às mulheres.

As mulheres foram vítimas de um sistema que não as ajudava e nem as respeitava. Elas trabalhavam, recebiam um salário, mesmo que escasso, mas, devido a falta de registro, de condições de sobrevivência mínguas, o seu trabalho não era entendido como trabalho.

O que aconteceu no período de transição do Império para a República na cidade de São Paulo tem seu reflexo e suas consequências estampados na relação entre gênero, divisão sexual do trabalho e violência que as mulheres sofrem em pleno século XXI, como será possível discutir a seguir.

5.3. Vivência das Mulheres Paulistas no Contexto de Pandemia de Covid-19

A cidade de São Paulo com área territorial de 1.521,202km² e, atualmente, com população de 12.396.372 habitantes apresenta índices de desigualdade social impactantes para minorias oprimidas mesmo tendo um PIB per capita de

R\$60.750,09 e com IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,805 (IBGE, 2022).

A cidade é dividida, atualmente, em 5 regiões: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro (G1, 2022; GODOY, 2021). Onde as regiões Oeste e Centro apresentaram melhores índices em saúde, educação, habitação e mobilidade, dentre outros, enquanto a região Leste apresenta os menores índices (GODOY, 2021).

Entre os dez bairros com os piores índices de educação, saúde, habitação e mobilidade da cidade, sete estão localizados na periferia: Iguatemi, Parelheiros, Jardim Ângela, Brasilândia, Marsilac, Perus e Lajeado. Nestas áreas a habitação é mais precária, saúde e educação têm menos qualidade e a infraestrutura de água e esgotamento sanitário é de menor qualidade. Os sete melhores bairros são Moema, República, Vila Mariana, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Pinheiros e Santo Amaro. As franjas da maior cidade do país são ocupadas por favelas. Enquanto 9,5% da população da cidade vive em favelas, no Jardim São Luís esse índice atinge 68,8%. As periferias de São Paulo são mais negras e mais jovens do que a média da população da maior cidade do País e têm mais pessoas dividindo a mesma casa que nos bairros centrais e mais ricos. A média é de 3,3 pessoas no mesmo domicílio no Jardim Helena (Zona Leste), por exemplo, contra 2 pessoas em média na Consolação (Centro). (GODOY, 2021)

A Rede Nossa São Paulo é uma organização que tem por intuito contribuir com os objetivos a serem alcançados para o desenvolvimento de uma cidade mais justa, igualitária, sustentável, democrática e acessível para toda a população paulista (NOSSA SÃO PAULO, 2022a). Dessa forma, a organização realiza pesquisas, palestras, levantamento de dados, acompanhamento de metas, geração de mapas, dentre outros, que contribuem para pesquisa e análise do território, de aspectos sociais e políticos.

No período de 04/12/2021 a 28/12/2021, a organização em parceria com o IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) realizou uma pesquisa com 800 pessoas entrevistadas, na cidade de São Paulo, com pessoas acima de 16 anos com o objetivo de levantar dados em relação à vivência das mulheres na cidade de São Paulo considerando o assédio, a violência doméstica e a igualdade de gênero. A pesquisa foi realizada em paralelo com a pandemia de Covid-19, que gerou impacto nas respostas, como será possível observar.

Em relação ao assédio sofrido por mulheres, a pesquisa aponta que:

O transporte público segue como o espaço público onde as mulheres se sentem mais vulneráveis, correndo maior risco de assédio; entre praticamente 1/3 daquelas que têm até 34 anos e das que são da classe D/E o risco é maior também ao andar pelas ruas da cidade. (NOSSA SÃO PAULO, 2022c)

Ademais, com a logística de empregos formais concentrados na região central (BORGES, 2020; GODOY, 2021; SOUZA, 2022) quando comparados com regiões

periféricas, apontam a necessidade de deslocamento como uma obrigação diária que coloca mulheres que moram na periferia ainda mais em contato com a insegurança que sentem em transportes públicos:

A oferta de emprego formal é maior no Centro: a Sé tem 112 vagas com carteira assinada para cada 10 habitantes do distrito, contra 0,4 vagas por 10 habitantes em Iguatemi (Zona Leste). Isso significa que um contingente maior de pessoas precisa se deslocar diariamente para conseguir trabalhar em um emprego formal, e estão mais distantes de postos de trabalho formal. (GODOY, 2021)

Dessa forma, entende-se que o ambiente público ainda é um espaço hostil e que causa insegurança para as mulheres, o que não se torna diferente ao analisar os dados sobre a percepção da violência doméstica. A pesquisa aponta que majoritariamente as mulheres, principalmente as mais novas na faixa do ensino médio, presenciam ou ficam sabendo de casos de violência doméstica onde moram, trabalham, com alguma conhecida, etc.

Tabela 02 - Presenciou ou soube de casos de violência doméstica e familiar contra mulheres: Sexo, Idade e Escolaridade

Resumo do SIM	TOTAL	SEXO		IDADE					ESCOLARIDADE		
		MASC.	FEM.	16-24	25-34	35-44	45-59	60 E MAIS	ENS. FUND.	ENS. MÉDIO	SUPERIOR
Base:	800	366	434	124	145	152	261	118	209	287	304
próximo de onde mora	35	33	36	40	42	32	34	25	30	42	31
com alguma conhecida ou amiga	34	30	38	33	38	38	34	26	31	36	34
próximo de onde trabalha	20	18	22	17	27	19	22	12	16	24	19
com parente próximo ou que convive	18	15	20	26	19	15	16	13	18	19	17
no próprio domicílio	12	9	14	11	13	11	9	17	11	13	11

○ Apresenta diferença de pelo menos 7 pontos em relação ao resultado obtido no total da amostra.
Em **negrito**, os destaques dentro do segmento.

Fonte: NOSSA SÃO PAULO, 2022c.

Ao se observar o recorte socioeconômico das pessoas entrevistadas fica nítida a diferença entre casos percebidos pelo público que tem renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos, correspondentes a classe C, e as demais classes entrevistadas. A região oeste, com renda mensal média mais alta, cerca de R\$9.500,00 reais (BORGES, 2020) apresenta menor taxa de casos percebidos entre as 5 regiões paulistas.

Tabela 03 - Presenciou ou soube de casos de violência doméstica e familiar contra mulheres: Renda Familiar, Classe Socioeconômica e Região

Resumo do SIM	TOTAL	RENDA FAMILIAR			CLASSE SOCIODEMOGRÁFICA			REGIÃO				
		MAIS DE 5	MAIS DE 2 A 5	ATÉ 2	CLASSE A/B	CLASSE C	CLASSE D/E	CENTRO	OESTE	NORTE	LESTE	SUL
Base:	800	159	194	365	296	424	80	100	100	200	200	200
próximo de onde mora	35	31	41	36	35	37	21	34	25	36	31	42
com alguma conhecida ou amiga	34	31	38	37	34	37	23	33	22	31	34	40
próximo de onde trabalha	20	18	23	21	18	23	12	20	14	21	18	23
com parente próximo ou que convive	18	13	19	20	17	20	10	17	14	14	18	21
no próprio domicílio	12	7	17	11	11	13	9	11	9	11	13	12

Fonte: NOSSA SÃO PAULO, 2022c.

E quando a discussão se abre para o recorte interseccional, fica comprovado que para as pessoas pretas e pardas a violência doméstica e familiar é presença constante. Ao se fazer um recorte religioso dentro da amostragem, há um salto na percepção desse tipo de violência entre os praticantes da religião evangélica/protestante e uma percepção mediana entre outras religiões.

Tabela 04 - Presenciou ou soube de casos de violência doméstica e familiar contra mulheres: Raça/Cor e Religião

Resumo do SIM	TOTAL	RAÇA/COR		RELIGIÃO			
		BRANCA	PRETA/PARDA	CATÓLICA	EVANGÉLICA/PROTESTANTE	OUTRAS	ATEU/SEM RELIGIÃO/NR
Base:	800	352	420	307	160	141	192
próximo de onde mora	35	31	36	33	41	32	34
com alguma conhecida ou amiga	34	30	37	32	36	39	32
próximo de onde trabalha	20	13	25	17	30	17	18
com parente próximo ou que convive	18	13	20	16	20	15	20
no próprio domicílio	12	10	12	12	15	8	11

Fonte: NOSSA SÃO PAULO, 2022c.

Ao serem questionadas e questionados “Na sua opinião, qual destas ações ou medidas devem ser a prioridade para combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres, ou seja, qualquer ação de violência psicológica, física, sexual, patrimonial ou verbal direcionada às mulheres.” (NOSSA SÃO PAULO, 2022b) tendo 12 alternativas, a alternativa mais escolhida em todos os recortes abordados na pesquisa foi o aumento das penas contra quem comete a violência contra a mulher (24% para o público em geral). Seguido pela criação de novas leis de proteção às mulheres e ampliar os serviços de proteção a mulheres em situação de violência em todas as regiões da cidade (cada um com 12% para o público em geral). Duas das alternativas menos escolhidas foram a criação de campanhas de conscientização

(com 7% para o público feminino) e divulgar mais os canais de denúncias (com 4% para o público feminino).

Tabela 05 - Na sua opinião, qual destas ações ou medidas devem ser a prioridade para combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres, ou seja, qualquer ação de violência psicológica, física, sexual, patrimonial ou verbal direcionada às mulheres.

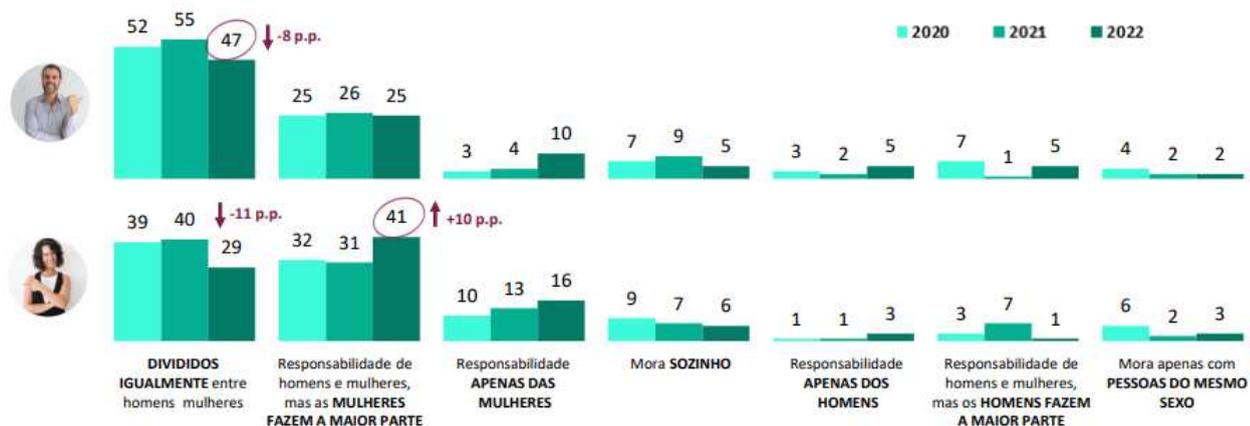
		TOTAL	SEXO	
			MAS	FEM
BASE	Sem pond.	800	359	441
	Pond.	800	361	439
Promover campanhas de conscientização		9%	11%	7%
Ampliar os serviços de proteção a mulheres em situação de violência em todas as regiões da cidade		12%	12%	13%
Melhorar a atuação dos canais de denúncias		7%	8%	6%
Criar políticas de segurança comunitária, aproximando a população dos agentes de segurança		7%	9%	5%
Criar novas leis de proteção à mulher		12%	12%	11%
Aumentar as penas contra quem comete a violência contra a mulher		24%	20%	28%
Agilizar o andamento da investigação das denúncias		9%	9%	9%
Divulgar mais os canais de denúncias		5%	5%	4%
Treinar os funcionários para que possam acolher melhor as mulheres que procuram os canais de denúncias		5%	2%	7%
Fortalecer os serviços de assistência social em todas as regiões		5%	3%	6%
Nenhuma destas/ Outras		2%	3%	1%
Não sabe/ Não respondeu		4%	5%	3%

Fonte: NOSSA SÃO PAULO, 2022b. Adaptado pela autora.

Tal fato ressalta a insatisfação com o sistema penal, a necessidade de justiça e a descrença nos processos de conscientização que ainda são feitos de forma mecânica e não inclusiva com as realidades.

Em relação aos afazeres domésticos em 2022, a pesquisa aponta que houve um aumento na percepção de que as tarefas de casa são responsabilidades de homens e mulheres, mas que as mulheres é que acabam fazendo sozinhas (com 41% entre as mulheres) enquanto houve queda do entendimento que as tarefas devem ser divididas igualmente entre homens e mulheres em relação a 2020 e 2021 (tanto para os homens, com 47%, quanto para as mulheres com 29%).

Gráfico 01 - Os afazeres domésticos são responsabilidades de quem?



Fonte: NOSSA SÃO PAULO, 2022c.

O aumento da percepção de que as tarefas devem ser divididas entre homens e mulheres teve aumento durante a pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021 devido aos debates, discussões e veiculação na mídia sobre o aumento da carga mental das mulheres, da dupla jornada de trabalho e do aumento de índices de violência doméstica, visto que elas estiveram sob o mesmo teto de seus agressores por mais horas (BRANDALISE, 2021). Porém, com a redução de casos, a volta a uma rotina semelhante à anterior à pandemia e a veiculação de novos enfoques no noticiário voltam a reduzir e apagar o entendimento de que trabalho doméstico também é trabalho.

O aumento nos índices de violência contra a mulher aponta a descredibilização de seus corpos e do trabalho doméstico e afetivo. Não se entende a mulher como um corpo independente e capaz de tomar decisões, entende-se como um objeto que se pode usar até quebrar e substituir no final (DE BEAUVOIR, 1967).

A pesquisa aponta o retrato social de assédio, violência doméstica e invisibilização do trabalho doméstico que vem da consequência de anos de colonialismo, uma transição entre um sistema escravocrata e o trabalho livre feito sem nenhum tipo de planejamento e respaldo para com as minorias atingidas e que ficaram desprotegidas pelas políticas públicas. Toda essa trajetória tem como tablado principal a casa, sendo possível inferir que esse local possui percepções e conexões diferentes com os diferentes grupos sociais. A obrigação da realização das tarefas domésticas, majoritariamente, por mulheres, e a violência sofrida por elas traz um vínculo de fardo com o local que deveria ser o abrigo, o repouso e a segurança.

6. O Município de Santo Antônio do Aventureiro

No Capítulo 5 foi realizada a análise da estrutura do trabalho doméstico no período de transição entre a abolição da escravidão (final do século XIX) e o início da formação do trabalho livre (século XX) e como a falta de políticas públicas de acolhimento durante essa transição impactaram a vida das mulheres de São Paulo no século XXI.

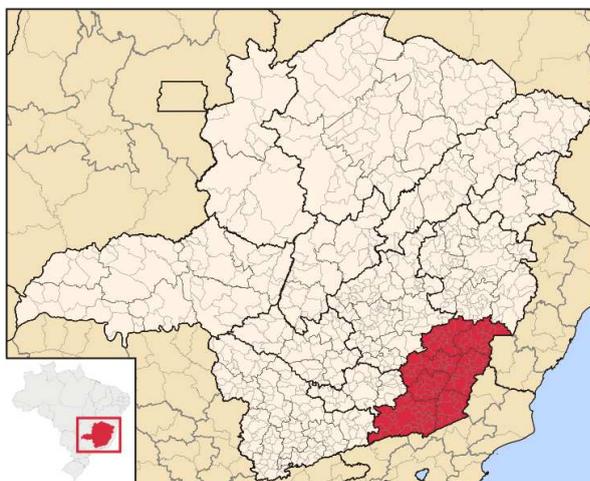
O Capítulo 6, posto a fundamentação teórica e as análises realizadas nos estudos de caso dessa monografia, traz uma aproximação com o local de estudo pretendido para o Trabalho de Conclusão de Curso II: O município de Santo Antônio do Aventureiro.

Este capítulo abordará o histórico do município, seus aspectos gerais, um olhar para as mulheres que vivem no local e apontará diretrizes para nortear o desenvolvimento da próxima etapa de trabalho.

6.1. Apresentação: Breve Histórico, Aspectos Culturais e Sociais

A Zona da Mata mineira é uma das doze regiões existentes em Minas Gerais e está localizada na parte sudeste do estado, fazendo divisa com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Com mais de 2 milhões de habitantes e 143 municípios englobados (IBGE, 2022), é nessa região que se encontra o município de Santo Antônio do Aventureiro.

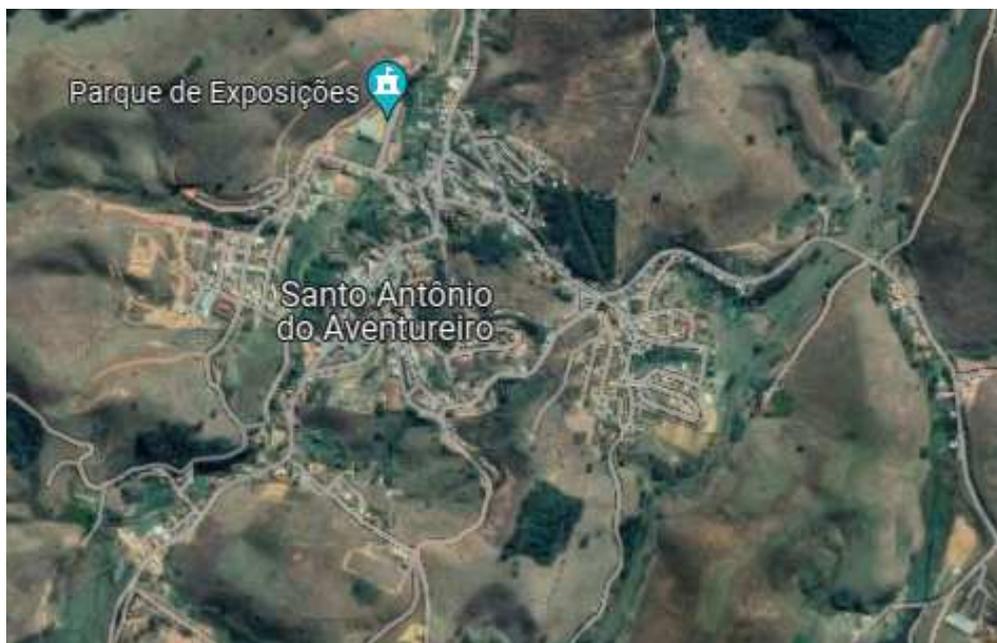
Figura 14 - Localização da Zona da Mata Mineira



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_da_Mata_Mineira. Acesso em: 28 dez. 2022.

O município de Santo Antônio do Aventureiro (também chamado somente de “Aventureiro” no dia-a-dia dos aventureirenses) possui área territorial de 202,032km², com população estimada em 2021 de 3.602 habitantes (o último censo realizado em 2010 apontava 3.538 habitantes) e índice de IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0.671 (CIDADES IBGE, 2022b).

Figura 15 - Região Central de Santo Antônio do Aventureiro - Satélite



Fonte: GOOGLE MAPS, 2022.

Figura 16 - Região Central de Santo Antônio do Aventureiro



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO, 2022.

No século XVIII, com a grande extração do ouro em Minas Gerais, a região leste da Zona da Mata passou a ser indicada como Áreas Proibidas pela coroa portuguesa, com o objetivo de facilitar o controle do transporte do ouro somente por estradas oficiais e não por regiões onde os transportadores poderiam ser saqueados. Dessa forma, não era mais permitido a construção de moradias e destruição da fauna e flora da região. Sem o incentivo à ocupação do local, a Mata Atlântica da região pode se desenvolver sem interferências humanas e atrair muitos animais silvestres para a região, principalmente as onças. A região passa a ser conhecida como “covil de onças” onde somente aventureiros tinham coragem de ir (CIDADES IBGE, 2022b; IBGE, 2022).

Os primeiros registros da região são da Diligência de São Martinho de 1784 que apontam para a existência de um córrego ao qual chamaram de Aventureiro (em homenagem aos Aventureiros que passavam pela região). Uma pequena comitiva se estabeleceu ao lado do córrego com o nome de Aventureiro e, segundo as histórias, José Xavier de Barros fundou o povoado no dia de Santo Antônio ao lado desse córrego, assim fundando Santo Antônio do Aventureiro em 13 de junho de 1963 (PMSAA, 2022).

Figura 17 - Vista de Santo Antônio do Aventureiro - sem data



Fonte: CÂMARA AVENTUREIRO, 2022.

Antes de se tornar um município independente, o local é anexado como distrito em duas cidades vizinhas como nos mostra a cronologia:

O povoado de Santo Antônio do Aventureiro, que deu origem à atual cidade, foi elevado a distrito em 04 de maio de 1852, pela Lei nº 575, integrando o Município de Mar de Espanha. Em 7 de setembro de 1923 pela Lei 843, teve seu nome mudado para Aventureiro (do rio do mesmo nome), mas voltou ao nome primitivo em 1962. Em 17 de dezembro de 1938, por força do Decreto-Lei nº 148, é incorporado ao município de Além Paraíba . Pela Lei nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, Aventureiro adquiriu autonomia municipal, que também concedeu à vila foros de cidade, restabelecendo seu nome inicial. (CIDADES IBGE, 2022b)

Dessa forma se constitui o município independente de Santo Antônio do Aventureiro, “um patrimônio especial no Alto da Serra” (PMSAA, 2022).

Figura 18 - Casario do final do século XIX - Antigo Grupo Escolar Miranda Manso - Atual sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro



Fonte: PÁGINA DO FACEBOOK: PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO: https://web.facebook.com/patrimonioculturalsaa/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 20 dez. 2022.

Figura 19 - Casario do final do século XIX - antiga residência de Carlos Torres, pai do artista plástico Evônio Torres (Caboclo) - Atual Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer



Fonte: PÁGINA DO FACEBOOK: PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO: https://web.facebook.com/patrimonioculturalsaa/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 20 dez. 2022.

A cidade é muito ligada à religião cristã, como aponta o censo do IBGE de 2010 onde 3.000 habitantes responderam à pesquisa que sua religião era a católica apostólica romana. Dessa forma, a Paróquia de Santo Antônio do Aventureiro, localizada em frente à praça Barão da Conceição, é um dos maiores bens da cidade.

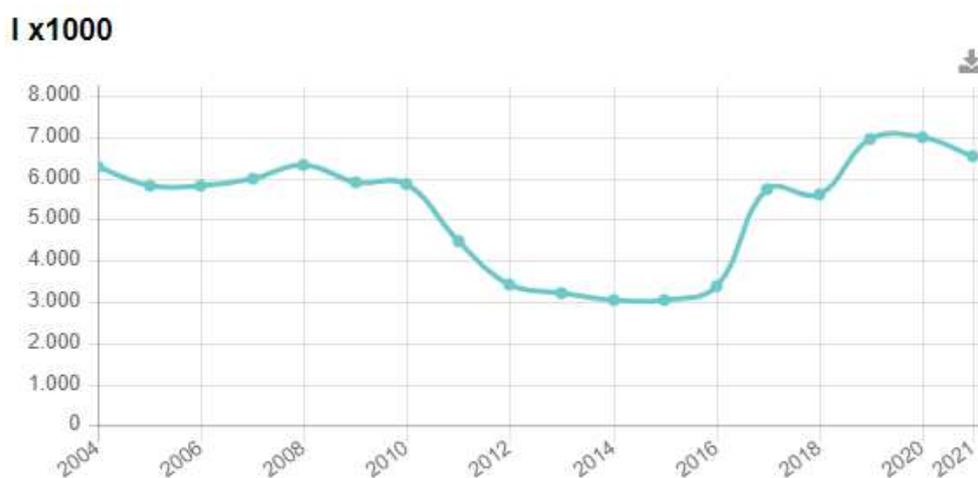
Figura 20 - Paróquia de Santo Antônio do Aventureiro



Fonte: DIOCESE LEOPOLDINA: <https://dioceseleopoldina.com.br/paroquia-santo-antonio-4/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

A economia do município gira em torno da agropecuária. Há o plantio de pequeno porte/familiar de legumes e alguns cereais. Mas o foco é na pecuária com a compra e venda de gado e a produção leiteira.

Gráfico 02 - Quantitativo de leite produzido no município de Santo Antônio do Aventureiro de 2004 a 2021



Fonte: CIDADES IBGE, 2022b.

Gráfico 03 - Quantitativo preço do leite produzido no município de Santo Antônio do Aventureiro de 2011 a 2021



Fonte: CIDADES IBGE, 2022b.

Durante a Exposição Agropecuária, que ocorre no início de setembro, é realizado o concurso leiteiro onde há premiações das vacas com maior produção de leite ao longo dos 3 dias de concurso. No ano de 2022 ocorreu a 35ª Exposição Agropecuária de Santo Antônio do Aventureiro.

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, realizou a 35ª EXPOAGRO, evento que homenageia a Família Rural Aventureirense, neste ano contou com 20 animais de grande produtividade, e teve como **grande campeã** a vaca de nome *Bailarina*, do plantel dos produtores rurais **Rogério** e seu filho **Anderson Trece**, que em *cinco ordenhas* produziu 185,490 quilos de leite. Em **segundo lugar** ficou a vaca *Talita*, do plantel do produtor **João Pedro**, que produziu 177,810 quilos. Em **terceiro lugar**, a vaca de nome *Azaleia*, também do plantel dos produtores **Rogério** e **Anderson Trece**, que produziu 165,030 quilos. Ao final do *tradicional Concurso Leiteiro*, que foi encerrado na manhã do sábado, foi realizada a premiação dos animais vencedores, bem como de todos os produtores participantes... (PÁGINA DO FACEBOOK: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - PMSAA, 2022)

Além disso, há o investimento no setor de turismo para a região que possui clima tropical de altitude com temperatura amena ao longo do ano e chuvas mais intensas no verão. Um clima agradável para fazer trilha até o Pico dos Cocais, com 1.063m de altitude (sendo o ponto mais alto da região), apreciar a Cachoeira Alta, visitar os casarões antigos, passar as férias no Hotel Fazenda do Serrote, visitar o distrito de São Domingos e o distrito do Alto da Conceição que são pertencentes ao município (PMSAA, 2022).

Na área de cultura há o destaque para três eventos na cidade: tem-se a Folia de Reis que retrata a jornada dos reis magos para encontrar o menino Jesus, ressaltando a fé cristã do local; as festas dos padroeiros locais sendo Santo Antônio no município, São Domingos no distrito de São Domingos e Nossa Senhora da Conceição no distrito do Alto da Conceição e as festividades juninas que ocorrem no meio do ano (PMSAA, 2022).

A educação do município atingiu o índice de 98,4% de alfabetização entre crianças e jovens de 6 a 14 anos em 2010, não houve registro de mortalidade infantil em 2020, 87,1% de vias arborizadas, uma taxa de 14,7% de esgotamento sanitário realizado de forma adequada e a média salarial em 2020 foi de 1,7 salários mínimos (CIDADES IBGE, 2022b).

Mesmo com o aumento da produção e dos ganhos com o leite, a maior parte da receita no município precisa vir de fora, do governo federal visto que o que é produzido e os impostos retidos não são suficientes para suprir as dívidas e gerar lucro que possa ser reinvestido no local. Além disso, com o grande incentivo na área de educação e a falta de empregos formais para todos, muitos jovens saem para cidades vizinhas para estudar e trabalhar, fazendo com que o capital circule no entorno e bem pouco no local.

6.2. A Aproximação e as Mulheres do Município

Trabalhos acadêmicos têm o cunho de serem impessoais, mas peço a licença do leitor nesse momento para mostrar o vínculo da autora com o objeto de estudo, ou seja, mostrar a ligação que tenho com a cidade de Santo Antônio do Aventureiro.

Meu nome é Mara Karoline Rezende Garcia e nasci dia 15 de fevereiro de 1999 em Leopoldina - MG, passei toda minha infância em São Domingos (distrito de Santo Antônio do Aventureiro). Ia para o município durante apresentações da escola, festas, visitar parentes ou conhecidos da minha mãe que estavam doentes.

Sou filha da Mara Aparecida Teixeira de Rezende Garcia que nasceu no dia 08 de setembro de 1965 em Além Paraíba. Passou toda a infância e juventude na zona rural de Santo Antônio do Aventureiro, até se casar em 16 de maio de 1992 e se mudar para São Domingos onde teve 1 filho e 1 filha.

Figura 21 - Foto da minha mãe Mara Aparecida por volta de 1 ano de idade



Fonte: ACERVO DA AUTORA.

Sou neta da Nadir Teixeira de Rezende que nasceu no dia 21 de novembro de 1928 na vila do Tijucal pertencente à Santo Antônio do Aventureiro. Minha avó passou toda a vida no município de Santo Antônio do Aventureiro, teve 5 filhas e 3 filhos, fez todo o trabalho doméstico, afetivo e de cuidado com as crianças e doentes de sua família até a velhice.

Figura 22 - Foto da minha família materna, com minha avó Nadir sentada vestida com uma blusa preta, minha mãe é a caçula e ainda não tinha nascido na época em que a foto foi tirada



Fonte: ACERVO DA AUTORA.

Heródoto já aplicou a máxima que ao pensar sobre o nosso passado, é possível entender o presente e idealizar e sonhar o futuro. No passado ao meu redor há uma mulher que viveu em Santo Antônio do Aventureiro, no meu presente há uma mulher com vínculos indestrutíveis com esse município e no meu futuro tenho a oportunidade de desenvolver um trabalho que pode ajudar a não apagar a história de mulheres que dedicam suas vidas para as famílias com trabalhos domésticos e de afeto, assim como as mulheres da minha vida.

E para falar dessas mulheres, mesmo com a estimativa de 3.602 habitantes em 2021 (IBGE, 2022), o estudo utilizará os dados de acordo com o Censo realizado em 2010, onde, dos 3.538 habitantes, 1.730 (48,9%) são do sexo feminino e 1.808 (51,1%) são do sexo masculino (IBGE, 2022). Dentre as 1.730 pessoas do sexo feminino, pouco mais da metade (50,9%) estão na faixa etária de 15 a 49 anos, o que no Brasil indica a faixa etária de trabalhos de aprendiz até trabalhos formais com carteira assinada.

Entretanto com o entendimento de que o trabalho doméstico e de cuidados recai sobre a responsabilidade feminina (FEDERICI, 2019b; NOSSA SÃO PAULO 2022c; TELLES, 2011), infere-se que parte feminina dessa população exerce ou já exerceu algum tipo de trabalho doméstico na vida, mas não há um estudo científico que comprove a hipótese.

Ademais, nos canais oficiais de comunicação da prefeitura (site da prefeitura e da câmara municipal) não foram encontrados projetos direcionados para o desenvolvimento de trabalhos e políticas públicas voltados para mulheres. Assim como não se encontra na Lei Orgânica do Município de Santo Antônio do Aventureiro - MG nenhuma menção a alguma forma de proteção, auxílio, incentivo ou apoio ao desenvolvimento de projetos em relação às mulheres.

Entende-se que para haver políticas públicas de desenvolvimento para um determinado grupo é necessário que se tenha dados que comprovem que esse grupo precisa desse olhar mais atento e direcionado de seus governantes. Com histórias apagadas ou não contadas, decisões assertivas não são tomadas pelo poder público.

6.3. Análise da Área de Atuação, Metodologia e Diretrizes

O município de Santo Antônio do Aventureiro não possui sistema de transporte público, táxi registrado ou transporte por aplicativos como o uber dentro da cidade, visto a pouca área urbanizada de 0,95km² em relação ao seu território de 202,032km² (CIDADES IBGE, 2022b). A área urbanizada possui calçamento com paralelepípedos.

Além disso, o relevo do centro urbano é bem acentuado em alguns pontos visto a característica montanhosa existente no local e típica de Minas Gerais. Outro ponto importante a se levar em consideração é que o início de sua ocupação, entre o século XVIII e XIX, deixou marcas nas características existentes atuais como a falta de acessibilidade, calçadas estreitas, comércio localizado na área central, destaque para locais religiosos nos pontos mais altos e centrais e arquitetura colonial (CÂMARA AVENTUREIRO; GOOGLE MAPS; PMSAA; 2022).

Figura 23 - Arquitetura com características coloniais - calçadas sem acessibilidade, alta inclinação



Fonte: FOTO DE LETHICIA CASSADOR, ABR. 2021. GOOGLE MAPS, 2023.

Figura 24 - Paróquia de Santo Antônio do Aventureiro localizada na parte alta da região central - via de acesso pavimentada com paralelepípedos, sem calçadas



Fonte: FOTO DE CARLOS ARRUDA, SET. 2021. GOOGLE MAPS, 2023.

Figura 25 - Via de acesso à Paróquia - pavimentada com paralelepípedos, sem calçadas, alta inclinação, sem acessibilidade



Fonte: FOTO DE CARLOS ARRUDA, SET. 2021. GOOGLE MAPS, 2023.

Dessa forma, todo o deslocamento nessa região central é feito andando, de bicicleta ou com veículos próprios. Esses são os caminhos para ir para o trabalho, para ir ao mercado ou levar as crianças para a escola. Entender como esses caminhos são utilizados, por quem é utilizado, quais propostas de melhoria vindos das pessoas que moram no local é entender sobre a vivência e as características sociais dos grupos que ali moram.

Em 2020, o salário médio mensal no município era de 1,7 salários mínimos, ou seja, cerca de R\$1.770,00 reais, o que coloca Santo Antônio do Aventureiro na posição 351 dentre os 853 municípios e na posição 3792 de 5570 municípios do país. Ao serem considerados os empregos com carteira assinada, somente 12,9% da população de 3.538 habitantes estavam registrados em 2020. (CIDADES IBGE, 2022b)

Quando considerada a média mensal de até meio salário mínimo por indivíduo residente no domicílio, atingia-se 32,3% da população do município. Tal índice colocou o município, em 2020, na posição 676 dentre os 853 municípios no estado de Minas Gerais e na posição 4212 de 5570 municípios do país (CIDADES IBGE, 2022b).

Mesmo ao se considerar o custo de vida em uma metrópole maior do que em uma cidade do interior, é possível perceber que a média salarial do município não é alta e atinge principalmente as pessoas mais pobres e vulneráveis do local. Normalmente essas pessoas são as que moram mais afastadas do centro, negras, mulheres, pessoas com algum tipo de deficiência, sem ensino superior ou médio (FRANCO, 2018; TELLES, 2011).

O problema das desigualdades no espaço urbano, atreladas à uma perspectiva de gênero, não é identificado somente nas grandes cidades e centros. Tal problemática também está presente mesmo que de maneira menos expressiva em cidades médias e pequenas. (AGUIAR PARREIRA, 2022, p. 10)

Posto isso, tem-se o objetivo de realizar um estudo profundo através de questionários, levantamento de dados e estudo de registros sobre o trabalho doméstico e afetivo das mulheres no espaço territorial do município de Santo Antônio do Aventureiro no primeiro semestre de 2023. Com o intuito de construir esse estudo de forma coletiva e com recorte de gênero observa-se a necessidade de utilizar outras metodologias de análise espacial que venham de uma fonte diferente da opressora e patriarcal.

A Cartografia, enquanto corpo disciplinar acadêmico e científico, tem seu desenvolvimento atrelado ao processo de eurocentramento do mundo, num período histórico conhecido como Modernidade. Seu desenvolvimento foi também, portanto, associado ao estabelecimento de uma ordem e à afirmação de hegemonias em relações de poder, o que a tornou

historicamente um instrumento de dominação e controle. (DOS SANTOS, 2011, p. 2)

Dessa forma, a metodologia aplicada para o desenvolvimento do TCC II busca trazer o olhar feminista com recorte de gênero, ser participativa, destacar uma parte da história de um grupo oprimido socialmente (mulheres) levando em consideração suas subjetividades e diferenças. Com isso, o processo cartográfico comum que se relaciona com disputas de poder, influência política e territorial (DOS SANTOS, 2011) seria insuficiente para englobar as nuances desejadas. Optou-se por buscar uma representação desse espaço mais democrática, social e participativa para incluir grupos excluídos da geração desse conhecimento.

A metodologia dos Iconoclasistas, guiada por Julia Risler e Pablo Ares (dois argentinos e sul-americanos) é um tipo de leitura sobre o espaço realizado em conjunto com a comunidade que se apoia nas esferas da arte, política e acadêmica para o desenvolvimento de saberes e práticas (ICONOCLASISTAS, 2023). O resultado são produtos gráficos, como infográficos e cartazes, rico em informações do território e tema estudado, tornando o conhecimento científico acessível e comunitário para a população.

Com o objetivo de entender as questões de gênero no trabalho doméstico das aventureirenses dentro do território do município, utilizar a metodologia dos Iconoclasistas nos aproxima dos estudos a partir de uma ótica não patriarcal e opressora. Pois traz a comunidade para o debate e leva em consideração as questões subjetivas do tema proposto.

Além disso, ao se considerar, já no levantamento de dados e formulação de materiais de registro, tais recortes e um olhar mais decolonial é possível fomentar um planejamento insurgente e que gere impactos positivos para esse recorte de forma mais inclusiva, orgânica e assertiva (MIRAFTAB, 2016). Ou seja, as proposições de política pública se tornam mais adequadas à realidade existente através de propostas passíveis de realização para a mudança, de fato, do cenário.

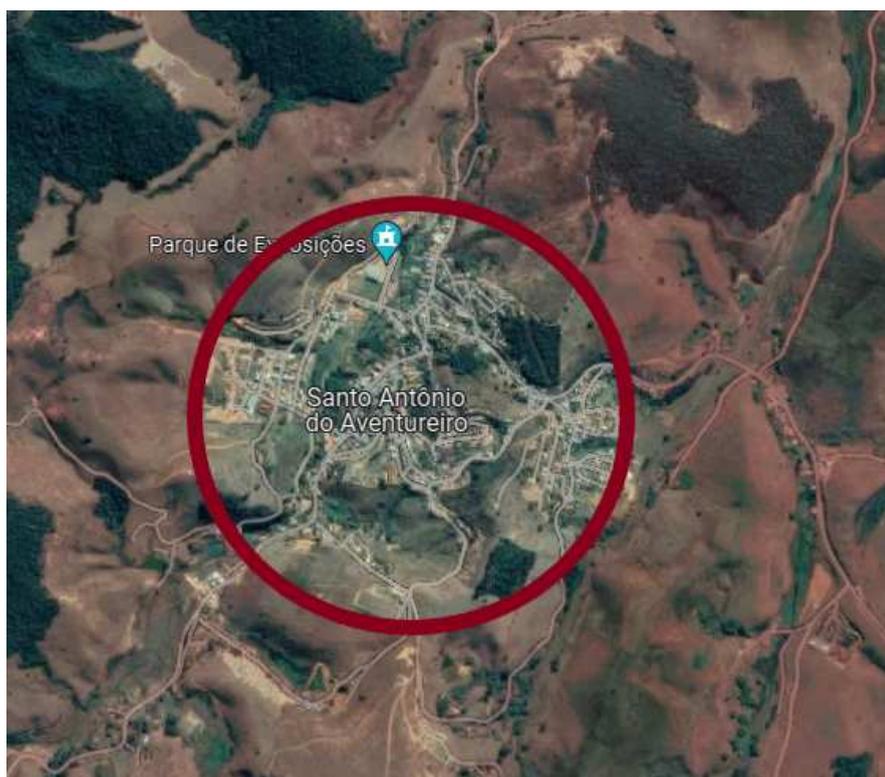
Ao longo da pesquisa apresentou-se toda a carga de influência que o Brasil teve e tem por ter sido colônia de Portugal por mais de 3 séculos. Segundo Miraftab (2016), dentro do campo do planejamento, é importante trazer um olhar que descoloniza o futuro e abre espaço para uma imaginação que não apague, ou inferiorize, a população que foi colonizada:

Nas primeiras colônias, a terra, os recursos naturais e o trabalho escravo eram objetos da criação de riqueza. Nos anos 1980 Maria Mies e suas colegas, Bennholdt-Thomsen e Von Werlhof (1988), provocativamente, escreveram *Mulheres, a Última Colônia*. Ou seja, a colonização voltou-se para as mulheres e para a obtenção barata de seu trabalho para criar mais riqueza. (MIRAFTAB, 2016, p. 374)

Assim, a autora aponta parte da parcela da população que foi oprimida e não respeitada pela Colônia e não apaga sua história. O que ela aponta logo em seguida é a necessidade de olhar para o futuro e ter planejamentos que vão contra o *status quo*, que levem em consideração a realidade dos diferentes povos e lutem por justiça com um “urbanismo mais humano” (MIRAFTAB, 2016, p. 374).

Inicialmente pretende-se realizar o estudo na área central urbana do município com possibilidade de expansão para a área rural imediata da região central.

Figura 26 - Região central urbana de Santo Antônio do Aventureiro (destacada dentro do círculo vermelho) com as suas imediações rurais (destacadas com preenchimento vermelho)



Fonte: GOOGLE MAPS, 2023. EDITADO PELA AUTORA.

Após a coleta das informações tem-se o intuito de gerar dados de fácil leitura que mostrarão de forma quantitativa e qualitativa, através de mapas, gráficos e tabelas a realidade desse trabalho invisibilizado das mulheres de forma a se tornar uma fonte de consulta para estudos na região sobre o tema.

Dessa forma, as diretrizes que serão seguidas para a aplicação do Trabalho de Conclusão de Curso II serão:

- Formular um questionário com perguntas focadas e direcionadas ao público alvo da pesquisa;
- Realizar um levantamento de dados em conjunto com a população através de entrevistas em campo e metodologia comunitária e participativa;

- Traçar o perfil, a condição social e econômica de quem trabalha com os serviços domésticos (vendendo a mão de obra ou trabalhando na própria residência);
- Traçar o perfil de deslocamento das mulheres em relação ao trabalho doméstico cotidiano;
- Organizar os dados levantados acerca do trabalho doméstico das mulheres do município de forma gráfica de fácil leitura;
- Gerar material com dados fidedignos e reais do município para posterior consulta em novos trabalhos sobre o tema na região;
- Realizar um estudo urbano do município com base em: um recorte de gênero, um olhar para a estrutura social e espacial do objeto de estudo e com base em propostas feministas de observação e desenvolvimento de informações;
- Proposição de políticas públicas e urbanas para o município que vise direcionar o olhar dos governantes de Santo Antônio do Aventureiro ao apoio e desenvolvimento do trabalho e da valorização da história das mulheres do local;

Considerações Finais

O Capítulo 1 foi a base inicial para o desenvolvimento da pesquisa ao contemplar o referencial teórico e bibliográfico utilizado e apresentar os principais conceitos em relação ao tema. Nele foi possível entender que houve uma construção estruturada socialmente no patriarcado e capitalismo que pôs as mulheres em um local de desvantagem e desigualdade em relação aos homens. Tal realidade pode ser vista tanto no ambiente privado (casa) quanto no ambiente público (através das relações de divisão sexual do trabalho). Posto esse desequilíbrio existente, o feminismo vem com o objetivo de lutar pelos direitos e ir contra as violências sofridas pelas mulheres.

O Capítulo 2 apresentou um dos principais palcos dessa desigualdade explícita, o espaço privado da casa. A casa se tornou o cenário que refletia as transformações sociais e culturais nesse caminho do século XVI ao início do século XX. Foram apontadas 4 tipologias para exemplificar tais transformações. As casas das fazendas escravocratas brasileiras trouxeram muita influência de Portugal e exterior, deixando de lado a arquitetura vernacular. Os sobrados marcaram as disparidades sociais na construção urbana das cidades. Enquanto as casas operárias marcaram a escolha sistemática em segregar a classe trabalhadora a locais não apropriados. Por fim, os apartamentos que remontam a uma ideia dos sobrados (residências em cima e comércio em baixo) que, inicialmente, não agradaram todas as classes, mas hoje é uma forma de resolver a problemática de habitação para os habitantes das cidades.

O Capítulo 3 abordou o caminho do comércio familiar com base nas estruturas em volta das tipologias de casas apresentadas no Capítulo 2. Foi possível identificar a semelhança entre o processo de controle da geração de capital nas fazendas escravocratas e nos sobrados, onde os donos estavam presentes fisicamente no local de produção para terem um controle visual de tudo. Com as mudanças sociais e econômicas que vieram com o processo de industrialização do Brasil, houve uma separação física entre o local de produção (fábricas e indústrias) e o local de descanso (casa) que trouxe a necessidade de deslocamento pela cidade dos trabalhadores e patrões, construindo uma nova dinâmica cultural. Porém, com o avanço tecnológico, a possibilidade de comunicação se expandindo e, recentemente, com o advento da pandemia de Covid-19, o formato de home office cresce e a presença física das pessoas em diversos setores passa a ser dispensada.

Com o palco (Capítulo 2) e cenário (Capítulo 3) definidos, no Capítulo 4 apresentou-se a história do trabalho das mulheres no Brasil nesse lugar e contexto.

Mulheres indígenas e africanas foram postas para trabalhar a força em solo brasileiro durante o período colonial, não eram vistas como seres humanos, mas sim como posses. Quando a escravidão foi abolida, mulheres imigrantes vieram para o Brasil junto de suas famílias, em busca de novas oportunidades, e passaram a executar as tarefas laborais domésticas com o pagamento de um salário. As mulheres imigrantes chegavam ao país como mulheres livres, mas por serem imigrantes e falar outro idioma, muitas foram postas em cargos de requinte, como governantas, dentro das casas brasileiras. Em paralelo com a imigração, mulheres livres pobres, ex-escravas e crianças continuam trabalhando com tarefas domésticas agora em troca de um baixo salário.

Toda essa trajetória de trabalho doméstico e falta de reconhecimento das mulheres na história do trabalho brasileiro marcou profundamente o período de transição da escravidão para o trabalho livre como foi demonstrado no Capítulo 5 com o estudo de caso da cidade de São Paulo. A transição entre o período final escravocrata e o início do trabalho livre na cidade não teve respaldo de políticas públicas que incluíssem a parcela pobre da população, principalmente, as mulheres. Essa realidade trouxe impactos para a vivência das mulheres paulistas dentro de um contexto de pandemia de Covid-19, mostrando assim que ao não se discutir o passado, agir no presente para estabelecer um futuro adequado a tendência é que o passado, em diferentes graus e contextos, se repita.

A análise do município de Santo Antônio do Aventureiro, realizada no Capítulo 6, apresentou o histórico do município e seus aspectos, apontando as características interioranas, de economia voltada para o setor agropecuário e suas características coloniais. Trouxe também a aproximação da autora com o objeto de estudo, ao situar a relação das mulheres de sua família com o território em questão. Por fim apontou a metodologia e diretrizes que guiarão o desenvolvimento do TCC II, apontando o direcionamento de registrar a realidade do trabalho doméstico no município através de uma análise urbana e social com recorte de gênero.

Com base na pesquisa apresentada ao longo dessa monografia é possível ressaltar que o apagamento da história das mulheres ao longo de séculos impacta diretamente as novas pesquisas acerca do assunto devido a dificuldade em achar material de consulta e estudo, visto o apagamento histórico. Além disso, o apagamento gera a perda do ponto referencial para a parcela da população em estudo: as mulheres. Dessa forma, fica nítida a importância em desenvolver estudos e pesquisas que possam registrar e debater a história das mulheres como um todo e não somente no tema de trabalho doméstico e afetivo.

Foi atingido o objetivo de entender e demonstrar como o trabalho doméstico, afetivo e de cuidados relegados às mulheres, ao longo da construção do capitalismo e patriarcado, funcionaram como ferramenta de opressão e aprisionamento das mulheres dentro de suas próprias casas para a manutenção desses sistemas. Visto que, ao se estudar o processo de transformação das tipologias das casas e o

processo de geração de capital, foi possível entender as transformações sociais que ocorreram ao longo dos séculos, pois o local da morada e a economia são grandes reflexos de tais transformações sociais e culturais. O trabalho doméstico continua sendo entendido como um não trabalho, mesmo com a ampliação dos debates acerca do tema. Além disso, ressalta-se a importância no desenvolvimento de políticas públicas e urbanas que visem valorizar e incentivar o desenvolvimento autônomo e sustentável das mulheres.

Tal histórico de opressão, que construiu não só o Brasil, mas também o mundo, traz impactos para a vida das mulheres no momento presente através da violência de gênero, dupla jornada de trabalho após a dura conquista de seu espaço no mercado de trabalho, carga mental que afeta sua saúde psíquica, controle reprodutivo de força de trabalho, dentre outras questões. Questões essas que se intensificaram com a pandemia de Covid-19 e marcaram, em mais um período histórico, as desigualdades entre os gêneros.

Dessa forma, tem-se uma base sólida, e bem respaldada teoricamente, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso II prático que possa contribuir para contar a história, invisibilizada, do trabalho doméstico das mulheres, no primeiro semestre de 2023, do município de Santo Antônio do Aventureiro em Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Editora Companhia das letras, 2014.

AGUIAR PARREIRA, Maria Tereza. **Cidade e Gênero: Uma visão feminista sobre a mobilidade urbana**. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais. 2022.

ALESSANDRA, Karla. **Debatedores dizem que a violência contra a mulher é agravada pelo racismo estrutural**. Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/828714-debatedores-dizem-que-violencia-contra-a-mulher-e-agravada-pelo-racismo-estrutural/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BEZERRA, Juliana. **Imigração no Brasil**. Toda Matéria, 2022. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/imigracao-no-brasil/>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.

BORGES, Beatriz. **Taxa de oferta de emprego formal é 291 vezes maior na Sé do que no bairro Iguatemi em SP diz Mapa da Desigualdade**. G1, SÃO PAULO, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/29/taxa-de-oferta-de-emprego-formal-e-291-vezes-maior-na-se-do-que-no-bairro-iguatemi-em-sp-diz-mapa-da-desigualdade.ghtml>. Acesso em: 30 dez. 2022.

BRANDALISE, Camila. **Feminista Italiana pede salário para quem cuida do lar: “Estamos Exaustas!”**, Universa, 20 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/20/silvia-federicci-trabalho-domestico.htm>. Acesso em: 12 out. 2022.

CARRILHO, Marcos José. **Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 14, p. 59-80, 2006.

CIDADES IBGE. **São Paulo - Histórico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/historico>. Acesso em: 28 dez. 2022a.

CIDADES IBGE. **Santo Antônio do Aventureiro**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santo-antonio-do-aventureiro/panorama>. Acesso em: 20 dez. 2022b.

CIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://cidadedesapaulo.com/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. In: XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI-UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA. Florianópolis: CONPEDI. 2015.

COCHRANE, Kira. **Fourth wave feminism - Rebel women**. Publicado em: 10 dez. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/dec/10/fourth-wave-feminism-rebel-women>. Acesso em: 13 jan. 2023.

COLETIVO QG FEMINISTA. **Feminismo Radical - História, Política e Ação**. Disponível em: <https://qgfeminista.org/feminismo-radical-historia-politica-acao/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa: sobre arquitetura**. org. Alberto Xavier, 2ª ed. Porto Alegre: UniRitter Ed., 2007.

DA SILVA, Letícia Ferreira; DE CASTILHO, Maria Augusta. **Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social**. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, n. 12, p. 257-279, 2014.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 1967.

DELPHY, Christine. **“Patriarcado (teorias do)”**, in: Helena Hirata [et al.] (orgs), Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEVREUX, Anne-Marie. **“Família”**, in: Helena Hirata [et al.] (orgs), Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DINIZ, Mônica et al. **Olhares sobre a cidade: termos do bem viver, vadiagem e polícia nas ruas de São Paulo (1870-1890)**. Tese de Mestrado em História Social para o Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

DOS SANTOS, Renato Emerson. **Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder**. Revista Geográfica de América Central, v. 2, p. 1-17, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Editora: Civilização Brasileira, 9 edição, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019b.

FERNANDES, Sabrina. Canal: Tese Onze. **On types of feminism and streams | 042**. Publicado no YouTube em: 12 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=08A7PD-frxo>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Editora Paz & Terra, 2019.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. 2018.

G1, SÃO PAULO. **Veja a distribuição oficial dos bairros nas cinco regiões da cidade**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/veja-distribuicao-oficial-dos-bairros-nas-cinco-regioes-da-cidade.html#:~:text=A%20divis%C3%A3o%20oficial%20do%20territ%C3%B3rio,%2C%20Leste%2C%20Oeste%20e%20Centro..> Acesso em: 30 dez. 2022.

GODINHO, Thais. **Trabalho organizado: encontre equilíbrio e significado num mundo cada vez mais sobrecarregado**. São Paulo. Editora Gente, 2018.

GODOY, Antônio Carlos de. **Mapa da desigualdade revela as discrepâncias sociais da cidade de São Paulo**. NOTÍCIAS DE IMPACTO, 2021 Disponível em: <https://noticiasdeimpacto.com.br/mapa-da-desigualdade-revela-as-discrepancias-sociais-da-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

GOMES, Glaucy Hellen Herdy Ferreira. **Arquitetura Feminista: Introdução da perspectiva de gênero como principal fator na construção de espaços mais igualitários**. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais. 2018.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 06 jan. 2023.

GORENDER, Jacob. **Globalização, tecnologia e relações de trabalho**. Estudos Avançados [online]. 1997, v. 11, n. 29, pp. 311-361. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100017>. Acesso em: 03 ago. 2022.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: História breve da humanidade**. Elsinore, 2013.

HELENE, Diana; TAVARES, Rossana Brandão. **Gênero e estudos urbanos: uma conciliação necessária**. ArchDaily Brasil, outubro de 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/881263/genero-e-estudos-urbanos-uma-conciliacao-necessaria>. Acesso em: 03 ago. 2022.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. “**Trabalho (conceito de)**”, in: Helena Hirata [et al.] (orgs), Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

IBGE, São Paulo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ICONOCLASISTAS. Disponível em: <https://iconoclasistas.net/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

JORNAL DA USP. **Mulheres negras têm maior mortalidade por Covid-19 do que restante da população**. Publicado em: 28 set. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-d-o-que-restante-da-populacao/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

KERGOAT, Danièle. “**Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**”, in: Helena Hirata [et al.] (orgs), Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Lei Orgânica do Município de Santo Antônio do Aventureiro - MG. Disponível em: <http://camarasaaventureiro.com.br/transparencia/orga/organica.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura brasileira**. Edições Melhoramentos, 1979.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira; LOPES, Juarez Rubens Brandao. **Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista**. 1973.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **História da casa brasileira**. Editora Contexto, 1989.

LÖWY, Ilana. “**Ciências e Gênero**”, in: Helena Hirata [et al.] (orgs), Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARUANI, Margaret. “**Emprego**”, in: Helena Hirata [et al.] (orgs), Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MATHIEU, Nicole-Claude. “**Sexo e Gênero**”, in: Helena Hirata [et al.] (orgs), Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “**Porta adentro: criados de servir em São Paulo, 1890-1930**”. In: BRUSCHINI, M.; SORJ, B. (coord.). Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero, 1994, pp. 193-203.

Idem, “**Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890- 1930)**”. Cadernos Pagu, v. 4, 1995, pp. 97-115.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016.

NOSSA SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/>. Acesso em: 29 dez. 2022a.

NOSSA SÃO PAULO. **Pesquisa de Opinião Pública Viver em São Paulo: Mulheres**. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/02/RNSP_ViverEmSP_Mulher-completa.pdf. Acesso em: 29 dez. 2022b.

NOSSA SÃO PAULO. **Viver em São Paulo: Mulheres - Apresentação**. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/02/RNSP_ViverEmSP_Mulher-apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 29 dez. 2022c.

PMSAA. **Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro**. Disponível em: <https://www.pmsaa.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Editora Perspectiva, 1973.

SOUZA, Cleber. **Oferta de emprego formal é 223 vezes menor na periferia de SP**. TERRA, 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/comunidade/visao-do-corre/tamo-junto-no-corre/oferta-de-emprego-formal-e-223-vezes-menor-na-periferia-de-sp.6ba1d6f5410f724a9b656dd304b82c2be5poupcy.html>. Acesso em: 30 dez. 2022.

TAVARES, Rossana Brandão; RAMOS, Diana Helene. **Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo**. *Indisciplinar*, v. 7, n. 2, p. 232-277, 2021.

TELLES, Lorena Feres da Silva. **Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Tempos Modernos: 1936, EUA, Charles Chaplin. **Tróia**: 2004, EUA, Wolfgang Petersen. **Xica da Silva**: 1976, Brasil, Carlos Diegues.